

EDITAL DE PREGÃO BDMG-23/2025 – ALTERAÇÕES E EDITAL CONSOLIDADO

O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG torna público que foram empreendidas alterações nos seguintes itens do edital da licitação em referência, que passam a vigorar da seguinte forma.

ABERTURA DO CERTAME: a sessão pública será realizada em ambiente virtual, na rede mundial de computadores – internet, no Portal de Compras – MG, pelo endereço eletrônico www.compras.mg.gov.br.

DATA: 09/02/2026. **HORA:** 09h30, no horário de Brasília/DF.

CONSULTA AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: www.bdmg.mg.gov.br/editais-licitacoes ou www.compras.mg.gov.br.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: na forma do item 2.3 do edital.

...

2.3. Serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos e impugnações ao Edital que forem apresentados até o dia 03/02/2026, mediante o preenchimento do formulário eletrônico próprio no Portal de Compras MG, com informação dos seguintes dados.

I – se pessoa física, nome, CPF, data de nascimento e e-mail.

II – se pessoa jurídica, nome, CNPJ, nome do representante, data de nascimento do representante, comprovação dos poderes de representação do representante e e-mail.

...

ITEM 3.3

3.3. Estão impedidos de participar:

[...]

XVII – pessoa física, pessoa jurídica ou sociedade integrante de um mesmo grupo econômico que tenham contrato em vigor com municípios beneficiários do Programa de Saneamento do Paraopeba que estejam relacionados ao escopo da presente contratação.

XVIII – pessoa física ou jurídica que tenham contrato em vigor com o BDMG para prestação de serviços de Apoio Técnico no âmbito do Programa de Saneamento do Paraopeba.

...

ANEXO IV – MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

CLÁUSULA 2 - OBJETO

...

2.9. A **CONTRATADA** atuará com transparência e comunicará ao BDMG qualquer situação de conflito de interesse, ficando impedida de prestar serviços no âmbito do Programa de Saneamento do Paraopeba, seja para os municípios ou para outras entidades, durante a vigência do presente contrato, e devendo impedir a coincidência de responsabilidade técnica da empresa ou do profissional que respondem tecnicamente pela elaboração e pela análise de um mesmo projeto.

2.9.1. O BDMG recusará a entrega de serviços em que se configure situação de conflito de interesse descrita acima, podendo rescindir o contrato por responsabilidade da **CONTRATADA** em caso de descumprimento do impedimento descrito no item acima.

As demais cláusulas e condições do Edital permanecem inalteradas.

Em razão das alterações nas condições de habilitação fica designada a sessão pública para ocorrer em 09/02/2026, às 09h30, no mesmo ambiente virtual da internet.

Segue o edital consolidado.

Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2026.

Evandro Dolabella
Pregoeiro do BDMG

EDITAL DE PREGÃO BDMG-23/2025

Processo SEI nº **5200.01.0001735/2025-89**

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO**

Tipo: **MENOR PREÇO**

Adjudicação por **MENOR VALOR GLOBAL**

PROCESSO DE COMPRAS NO PORTAL COMPRAS MG: **5201022 000001/2025**

Unidade de compra – **5201022**

Nº do processo de compra – **000001**

Ano do processo de compra – **2025**

OBJETO: contratação dos serviços relativos à análise de projetos de engenharia de Saneamento Básico de acordo com o Anexo 1.01 - Manual de análise de projetos de engenharia BDMG 2024 – Lote Saneamento, mediante demanda eventual, conforme as especificações descritas e detalhadas neste edital e em seus anexos.

Projetos de engenharia de saneamento básico
1) Estudos e planos - Plano municipal de saneamento básico; - Plano municipal e/ou intermunicipal de gestão de resíduos sólidos urbanos; - Plano de recuperação de área degradada;
2) Esgotamento sanitário;
3) Abastecimento de água;
4) Resíduos sólidos: - Implantação e reforma de Unidade de Triagem e Compostagem (UTC); - Implantação, reforma e ampliação de Aterro Sanitário; - Implantação, reforma e ampliação de unidades de tratamento de resíduos sólidos.
5) Análise de planilhas de elaboração de projetos de engenharia, estudos e planos
6) Aditivos aos contratos referentes a estes tipos de projeto

ANEXOS:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – CONDIÇÕES E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO III – CONDIÇÕES E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

ANEXO IV – MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

ANEXO V - MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇO

ANEXO 1.01 – MANUAL DE ANÁLISE DE PROJETOS DE ENGENHARIA BDMG 2024 – LOTE SANEAMENTO

ANEXO 1.02 – MINUTA DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

ABERTURA DO CERTAME: a sessão pública será realizada em ambiente virtual, na rede mundial de computadores – internet, no Portal de Compras – MG, pelo endereço eletrônico www.compras.mg.gov.br.

DATA: 09/02/2026. **HORA:** 09h30 no horário de Brasília/DF.

CONSULTA AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:

<https://www.bdmg.mg.gov.br/editais-licitacoes/> ou <http://www.compras.mg.gov.br>

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES – na forma do item 2.3

Os interessados deverão consultar diariamente as páginas referentes a esta licitação, no portal do BDMG e no Portal de Compras - MG, nas quais serão publicados avisos, eventuais alterações e versões digitalizadas de documentos produzidos no âmbito do certame.

SUMÁRIO

1. PREÂMBULO	6
2. DAS ALTERAÇÕES, DAS CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL	6
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	7
3.2.1. Da participação da pessoa física	8
3.3. Estão impedidos de participar:.....	8
3.6. Das regras gerais para apresentação de documentação.....	9
3.7. Do cadastramento para acesso ao sistema de pregão eletrônico	10
3.8. Da proposta comercial.....	11
3.8.1. Da proposta original cadastrada no sistema	11
3.9. Da documentação para habilitação	13
3.9.2. Utilização do Certificado de Registro Cadastral - CRC	13
3.9.3. Da restrição na documentação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados	13
4. DAS REGRAS GERAIS DO PREGÃO	13
4.6. Da contagem de prazos	14
4.7. Das prerrogativas do Pregoeiro.....	14
5. DA SESSÃO PÚBLICA	15
5.1. Abertura da sessão pública	15
5.2. Suspensão da sessão pública.....	15
6. DOS PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO DA MELHOR PROPOSTA	16
6.1. Da fase de lances	16
6.2. Do privilégio às ME, EPP ou equiparadas (empate ficto)	18
6.3. Da verificação da conformidade da proposta.....	18
6.4. Da análise quanto à exequibilidade.....	19
6.5. Da negociação com o então mais bem classificado	20
6.6. Da análise da documentação de habilitação	21
6.7. Da apresentação de documentação suplementar por ME, EPP ou equiparada	22
6.8. Da possibilidade de apresentação de nova documentação	23
6.9. Da classificação final e adjudicação do objeto.....	23
6.10. Orientações para participação da sessão pública	23
7. DOS RECURSOS	24
8. DA HOMOLOGAÇÃO	26
9. DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.....	26

9.2.1. Sobre o instrumento contratual em vias digitais assinadas mediante plataforma de assinaturas eletrônicas	26
9.2.2. Sobre o instrumento contratual em vias que são documentos natos SEI-MG assinados mediante procedimentos próprios desse sistema.....	26
9.2.3. Sobre o instrumento contratual em vias impressas em papel.....	27
10. DAS PENALIDADES.....	28
11. DISPOSIÇÕES GERAIS	29
12. FORO	30
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.....	31
ANEXO II – CONDIÇÕES E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	34
ANEXO III – CONDIÇÕES E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS	40
ANEXO IV – MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.....	48
ANEXO V – MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇO	71
ANEXO 1.01 – MANUAL DE ANÁLISE DE PROJETOS DE ENGENHARIA BDMG 2024 – LOTE SANEAMENTO. 72	
ANEXO 1.02 – MINUTA DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	73

1. PREÂMBULO

O **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – BDMG**, empresa pública com sede na Rua da Bahia, 1.600, Belo Horizonte, MG, CNPJ nº 38.486.817/0001-94, a seguir denominado simplesmente BDMG, torna pública a realização da licitação indicada na folha de rosto deste Edital. A presente licitação, devidamente autorizada por autoridade competente consoante normas internas, reger-se-á pelos seguintes normativos ou por outros que os substituírem: Lei Federal nº 13.303/2016; Lei Federal 14.133/2021, apenas em relação ao rito procedimental do pregão na fase externa da licitação, enquanto diretriz; Lei Estadual nº 13.994/2001; Decreto Estadual nº 45.902/2012; Decreto Estadual nº 47.154/2017; Decreto Estadual 48.723/2023, apenas em relação ao rito procedimental do pregão na fase externa da licitação, enquanto diretriz; o [Regulamento de Licitações e Contratos do BDMG](#) e legislação supletiva, bem como pelas normas, procedimentos e cláusulas deste Edital e dos seus anexos, os quais o integram para todos os efeitos legais.

2. DAS ALTERAÇÕES, DAS CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

2.1. O Edital completo encontra-se disponível no portal do **BDMG** na internet, no endereço <https://www.bdmg.mg.gov.br/editais-licitacoes>, e no Portal de Compras – MG, no endereço <http://www.compras.mg.gov.br>.

2.2. Os interessados deverão consultar diariamente a página referente a esta licitação no portal do **BDMG** e no Portal de Compras - MG, nos quais serão publicados avisos, eventuais alterações e versões digitalizadas de documentos produzidos no âmbito do certame.

2.2.1. As modificações promovidas no instrumento convocatório serão objeto de divulgação nos mesmos termos e prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não afetar a preparação das propostas, caso em que, no portal Compras MG, será publicada mediante a funcionalidade 'quadro de avisos'.

2.2.1.1. ATENÇÃO: cabe ao licitante a diligência de verificar a necessidade de recadastramento de sua proposta original, a qual será suprimida pelo sistema, a depender do teor da alteração empreendida no edital.

2.3. Serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos e impugnações ao Edital que forem apresentados até o dia 03/02/2026, mediante o preenchimento do formulário eletrônico próprio no Portal de Compras MG, com informação dos seguintes dados.

I – se pessoa física, nome, CPF, data de nascimento e e-mail.

II – se pessoa jurídica, nome, CNPJ, nome do representante, data de nascimento do representante, comprovação dos poderes de representação do representante e e-mail.

2.3.1. A comprovação dos poderes de representação a que se refere o item 2.3, inciso II, deste edital, será mediante o encaminhamento da documentação pertinente, por upload, quando do preenchimento do formulário eletrônico relativo ao pedido de esclarecimento ou impugnação.

2.3.2. A informação da data de nascimento do demandante ou do representante do demandante será feita no campo 'Mensagem' do formulário eletrônico, com o pedido de esclarecimento ou impugnação.

2.3.3. Um tutorial com orientações de como encaminhar os pedidos de esclarecimentos e impugnações pode ser acessado pelo link incluído [AQUI](#), **observadas as condições dos itens 2.3 a 2.3.2, supra.**

2.3.4. Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimento e impugnações sem informação dos dados de identificação e juntada da documentação referidos no item 2.3, incisos I e II.

2.3.5. As informações a que se refere o item 2.3, incisos I e II, serão obtidas mediante consulta ao respectivo CRC do interessado, no CAGEF-MG, se houver e conforme o caso.

2.4. O Pregoeiro julgará e responderá à impugnação e/ou pedido de esclarecimento no prazo de 03 (três) dias úteis contados do seu recebimento pelo **BDMG**.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. A participação no pregão eletrônico se dará por meio da digitação da senha privativa da licitante e do subsequente encaminhamento de proposta de preço até a data e horário previstos no edital.

3.2. Podem participar do certame aqueles que atuem no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as exigências dispostas neste Edital.

3.2.1. Da participação da pessoa física

3.2.1.1. Além das pessoas jurídicas e das pessoas físicas equiparadas a pessoas jurídicas (microempreendedor individual e empreendedor individual) poderão participar da licitação as pessoas físicas não equiparadas a pessoas jurídicas, portanto não inscritas no CNPJ.

3.2.1.2. ATENÇÃO: à licitante pessoa física não inscrita no CNPJ caberá o ônus de suportar os custos relativos ao recolhimento da contribuição do INSS patronal, correspondente a 22,5% do valor de remuneração pelos serviços licitados, razão pela qual o valor global ofertado por este licitante consistirá no somatório dos valores máximos de remuneração, de contribuição previdenciária patronal e de despesas assessorias.

3.2.1.2.1. Os valores relativos à Contribuição Previdenciária Patronal serão recolhidos pelo **BDMG** e comporão o valor global proposto pela licitante pessoa física não equiparada a pessoa jurídica, para o provisionamento do recurso referente, sendo repassados à licitante contratada apenas os valores relativos à remuneração pelos serviços prestados, calculados mediante a planilha disponível pelos endereços expressos no Anexo III do edital, item 1.2.

3.2.1.3. Em razão da condição a que se referem o item 3.2.1.2 e respectivo subitem, a análise relativa à exequibilidade, item 6.4.1, inciso I, será em relação não ao valor final ofertado, advindo da fase de lances ou da negociação, mas sobre o valor global de remuneração pelos serviços licitados.

3.3. Estão impedidos de participar:

I – pessoa jurídica com falência declarada, em dissolução ou liquidação;

II – pessoa jurídica que contenha no seu contrato ou estatuto social finalidade ou objetivo incompatível com o objeto desta licitação;

III – pessoa jurídica cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social e seja dirigente ou empregado do **BDMG**;

IV – pessoa jurídica que esteja cumprindo a pena de suspensão do direito de licitar e contratar aplicada pelo **BDMG**;

V – pessoa jurídica incluído no cadastro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS previsto na Lei Federal nº 12.846/2013 ou no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP previsto na Lei Estadual nº 13.994/2001;

VI – pessoa jurídica constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VII – pessoa jurídica cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VIII – pessoa jurídica constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

IX – pessoa jurídica cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

X – pessoa jurídica que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

XI – empregado ou dirigente do **BDMG**;

XII – pessoa física que tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente do **BDMG**;

b) empregado do **BDMG** cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do Estado de Minas Gerais, assim entendido aqueles que exercem o cargo de Secretários de Estado, Diretores Gerais, Presidentes de Estatais e de Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica, Fundacional.

XIII – pessoa jurídica cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o **BDMG** ou do **BDMG** há menos de 6 (seis) meses.

XIV – pessoas jurídicas organizadas sob a forma de consórcio.

XV – duas ou mais sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

XVI – pessoa jurídica estrangeira que não tenha representação legal no País ou que esta representação legal não tenha poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

XVII – pessoa física, pessoa jurídica ou sociedade integrante de um mesmo grupo econômico que tenham contrato em vigor com municípios beneficiários do Programa de Saneamento do Paraopeba que estejam relacionados ao escopo da presente contratação.

XVIII – pessoa física ou jurídica que tenham contrato em vigor com o **BDMG** para prestação de serviços de Apoio Técnico no âmbito do Programa de Saneamento do Paraopeba.

3.4. As licitantes assumirão todos os custos devidos para a participação nesta licitação, não sendo o **BDMG** em nenhum caso responsável por tais ônus, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar Federal 123/2006 licitante que incida em qualquer das hipóteses previstas no art. 3º, §4º, desta mesma lei.

3.6. Das regras gerais para apresentação de documentação

3.6.1. As licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

3.6.1.1. A constatação de que qualquer dos documentos apresentados não corresponde à realidade implicará na imediata inabilitação ou desclassificação da licitante, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

3.6.2. Os documentos apresentados para esta licitação se referirão a uma única pessoa jurídica, não sendo admitida a apresentação de uma parte dos documentos em nome de matriz e outra em nome de filial ou em nome de filiais diferentes, exceto em relação à documentação emitida exclusivamente em nome da matriz, sob pena de imediata inabilitação no certame.

3.6.2.1. No caso da habilitação técnica, serão aceitos atestados emitidos em nome da matriz ou da filial.

3.6.3. Os documentos apresentados deverão ser válidos e vigentes na data da abertura da sessão pública.

3.6.3.1. Os documentos que perderem validade e/ou vigência no curso da licitação serão reapresentados válidos e vigentes na data da assinatura do Instrumento Contratual.

3.6.4. Cada documento apresentado em via física no âmbito da licitação, exceto no caso de certidão disponível na internet, será em via original, cópia autenticada em cartório ou cópia não autenticada acompanhada do respectivo original.

3.6.5. O documento cuja validade, vigência e/ou autenticidade seja aferível pela *internet* será verificado pelo Pregoeiro no sítio eletrônico pertinente.

3.6.5.1. Serão aceitos documentos em vias digitais assinadas mediante certificação digital, desde que comprovada pelo Pregoeiro a autenticidade da firma eletrônica.

3.6.6. Os documentos expressos em língua estrangeira serão inicialmente apresentados em tradução livre, devendo ser apresentados, como condição prévia de contratação, traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas, caso o licitante que os apresenta venha a ser declarado vencedor da licitação.

3.6.7. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos neste Edital.

3.6.8. A licitante que estiver desobrigada de apresentar quaisquer documentos ou informação exigidos na fase de habilitação do certame ou exigidos para a execução contratual deverá comprovar tal condição por meio de certificado expedido pelo órgão competente ou pela indicação da legislação aplicável em vigor, devendo, no entanto, apresentar os documentos que a sua condição indicar como substitutos, se for o caso.

3.6.9. Serão consideradas não escritas as especificações, forma de execução do objeto ou qualquer outra condição, propostas pela licitante, que estejam em desacordo com o estipulado neste Edital.

3.7. Do cadastramento para acesso ao sistema de pregão eletrônico

3.7.1. Para acesso ao sistema eletrônico de licitação, a licitante deverá **minimamente** credenciar seu Representante Legal e efetuar a habilitação jurídica, no Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEF, conforme orientações no Anexo II – Condições e documentos para habilitação.

3.7.1.1. O acesso ao sistema será feito pela licitante ou seu representante credenciado, mediante senha eletrônica, cujo fornecimento é de caráter pessoal e intransferível.

3.7.1.1.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor ou gestor do sistema ou ao BDMG responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.7.1.1.2. O credenciamento para acesso ao sistema eletrônico de pregão implica a responsabilidade legal da licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

3.7.1.1.3. A licitante se responsabiliza por todas as transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados por seu representante credenciado.

3.7.1.2. Orientações sobre o processo de cadastro da licitante e de seus representantes e outras informações pertinentes podem ser acessadas na página [Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF](http://www.compras.mg.gov.br) do Portal de Compras – MG, site www.compras.mg.gov.br.

3.7.1.3. ATENÇÃO: o cadastramento prévio nos termos do item 3.7.1 ocorre sem qualquer intervenção do BDMG e sua não realização é condição impeditiva de participação na licitação.

3.7.2. A definição ou atualização da condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte no CAGEF serão realizadas automaticamente por meio de integração entre os sistemas SIAD-MG e SIARE-MG, nos termos da Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG Nº 9.576/2016.

3.7.2.1. A condição de empresa optante pelo Simples Nacional será confirmada pelo Pregoeiro, mediante consulta ao sítio do comitê Gestor do Simples Nacional.

3.8. Da proposta comercial

3.8.1. Da proposta original cadastrada no sistema

3.8.1.1. A licitante encaminhará a proposta original exclusivamente por meio do sistema, no site www.compras.mg.gov.br da rede mundial de computadores – internet, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão, mediante o preenchimento do respectivo formulário eletrônico e, se for o caso, o carregamento de arquivo com o detalhamento da proposta, observando obrigatoriamente o

disposto no anexo relativo às condições e forma de apresentação da Proposta Comercial, indicado na folha de rosto deste Edital.

3.8.1.1.1. Até o momento da data e horário agendados para a abertura da sessão pública a proposta poderá ser reformulada e os documentos de proposta, se houver, poderão ser substituídos.

3.8.1.1.2. Na etapa relativa ao cadastramento da proposta original não haverá ordem de classificação, o que ocorrerá somente após o encerramento da fase competitiva a que se refere o item 6.1 deste edital.

3.8.1.1.3. A licitante declarará em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica, o cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

3.8.1.1.3.1. A falsidade de alguma declaração das que trata o item 3.8.1.1.3 sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação específica e neste edital.

3.8.1.1.4. Os documentos que compõem a proposta da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para acesso público depois de definido o resultado do julgamento da proposta, conforme o item 6.5 deste edital.

3.8.2. A proposta comercial conterá oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou quaisquer condições ou vantagens que induzam o julgamento, sob pena de ser considerada inválida.

3.8.2.1. Nas licitações para aquisição de bens ou contratação de serviços que incluam o fornecimento de bens, inclusive sistemas, o produto originalmente ofertado poderá ser substituído por outro que atenda todas as condições e requisitos mínimos estabelecidos, até o momento de apresentação da amostra, se exigida, ou aceitação final da proposta comercial.

3.8.2.2. Nas licitações que demandem a apresentação de planilha de composição de custos e formação de preços, o Pregoeiro poderá empreender diligências para dirimir dúvidas ou para adequação relacionada à superação de vícios sanáveis, nos termos do item 4.7.3 deste edital.

3.8.3. Será considerada inválida e, conseqüentemente, desclassificada a proposta que contiver vícios insanáveis, que não atender às exigências do Edital e seus anexos, que se vincular a outras propostas ou que contiver preço excessivo ou inexequível.

3.8.4. Serão considerados inclusos no preço proposto todos os custos, diretos e indiretos, lucro e ônus decorrentes da execução do objeto, tais como tributos, taxas, fretes, pessoal, equipamentos, materiais, publicidade e/ou quaisquer outros que venham a recair sobre o objeto desta licitação, não cabendo ao BDMG quaisquer custos adicionais, observados os termos deste Edital.

3.8.5. A validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de apresentação ao BDMG do instrumento a que se refere o Anexo III do edital, item 2.4.1 ou 2.4.2, segundo a natureza da licitante, devidamente preenchido e assinado.

3.8.6. A proposta, original ou apresentada em sede de negociação, é irretratável e sua retirada dará causa às sanções cabíveis previstas no item 10.

3.8.7. Um tutorial com orientações para o cadastramento de propostas pode ser consultado pelo link inserido [AQUI](#), observadas as condições deste edital, Anexo III, item 1 e respectivos subitens.

3.9. Da documentação para habilitação

3.9.1. Para sua habilitação, será exigida da licitante a documentação especificada no anexo relativo às condições e documentos para Habilitação, conforme indicado na folha de rosto deste Edital, a serem encaminhados após a fase de lances e o encerramento da fase de negociação a que se refere o item 6.5 deste edital.

3.9.1.1. **ATENÇÃO:** a documentação de habilitação **NÃO SERÁ INCLUÍDA junto à proposta inicial, pelo campo “Arquivo(s) de descrição da proposta de preço - Proposta inicial”**, mas por meio de funcionalidade própria do sistema e mediante convocação específica no âmbito da sessão pública.

3.9.2. Utilização do Certificado de Registro Cadastral - CRC

3.9.2.1. O Certificado de Registro Cadastral, CRC, emitido para a licitante pelo Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores, CAGEF, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, SEPLAG/MG, será utilizado em substituição aos documentos por ele abrangidos.

3.9.2.2. Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.

3.9.2.3. Um tutorial com orientações para a obtenção do relatório CRC e ainda as certidões de regularidade junto ao CAFIMP e ao CEIS pode ser consultado pelo link inserido [AQUI](#).

3.9.3. Da restrição na documentação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados

3.9.3.1. Observado o disposto no item 3.6 deste edital, as microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou equiparadas deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da situação fiscal, mesmo que estes contenham alguma restrição.

4. DAS REGRAS GERAIS DO PREGÃO

4.1. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse do BDMG, a finalidade e a segurança dos serviços objeto da licitação.

4.2. A participação nesta licitação implica:

I - na aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a

responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados ao BDMG; e

II - no consentimento para publicação da documentação produzida no âmbito do processo licitatório, responsabilizando-se a licitante pelos ônus advindos da exposição dos dados de terceiros que houver nos documentos que apresentar.

4.3. Na ocorrência de divergência entre qualquer descrição e/ou informação contidas no portal Compras MG e neste edital e seus anexos, serão consideradas, para todos os efeitos, as contidas neste edital e seus anexos.

4.4. É responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, assumindo o ônus decorrente da sua não manifestação a quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ou de sua desconexão.

4.5. O BDMG não responderá pela desconexão de qualquer licitante com o sistema eletrônico e sua ocorrência não prejudicará a conclusão válida da sessão do pregão.

4.6. Da contagem de prazos

4.6.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.6.2. Para verificação dos prazos em dias úteis serão considerados os calendários de feriados e dias úteis de Belo Horizonte/MG bem como de feriados e dias úteis da FEBRABAN e os dias de atendimento ao público externo em expediente integral.

4.6.3. Os prazos definidos em horas serão contados em minutos – ex.: duas horas a partir de 10:30:40 terminarão às 12:30:00 – e os prazos definidos em minutos serão contados em segundos – ex.: dez minutos a partir de 10:30:40 terminarão às 10:40:40.

4.7. Das prerrogativas do Pregoeiro

4.7.1. O certame será realizado por Pregoeiro e equipe de apoio, conforme Portaria juntada aos autos desta licitação, aos quais não será devida qualquer remuneração ou comissão.

4.7.2. Mediante despacho fundamentado e acessível a todos, o Pregoeiro, no interesse do **BDMG**, poderá relevar omissões observadas nos documentos apresentados, bem como sanar erros ou falhas, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, desde que não se contrarie a legislação vigente e não se comprometa a lisura do processo licitatório.

4.7.3. O Pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, para privilégio do interesse do **BDMG** e em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a suprir, complementar ou esclarecer a instrução do processo, podendo ser consultados os próprios licitantes, os respectivos emitentes de documentação e qualquer repositório de dados e informações válidos disponível, inclusive por meio eletrônico e nos autos de outros processos licitatórios do BDMG, devendo os documentos produzidos serem juntados ao processo.

4.7.3.1. Por dados e informações válidos tenham-se aqueles cuja autenticidade possa ser verificada pelo Pregoeiro.

4.7.3.2. Serão considerados autênticos os documentos apresentados em originais, cópias autenticadas em cartório e cópias autenticadas por comparação com os respectivos originais, inclusive mediante acesso ao pertinente sítio da internet e aos autos de outros processos licitatórios do **BDMG**, pelo Pregoeiro.

4.7.3.3. A indisponibilidade do respectivo sítio da internet, quando da aferição de validade das cópias de documentos digitais, não importará na imediata inabilitação da licitante, cuja contratação ficará condicionada à comprovação específica.

4.7.4. A não manifestação da licitante quando convocado para tanto, em qualquer fase da licitação, terá as seguintes implicações, conforme o caso:

a) a inércia quando chamado à negociação, para que encaminhe documentos ou informações, ou para que se manifeste acerca de qualquer questão proposta pelo Pregoeiro caracterizará desídia e implicará na desclassificação da proposta apresentada ou na inabilitação da licitante, conforme o caso;

b) a não interposição do recurso, nos termos do item 7 e respectivos subitens de edital, mediante funcionalidade do sistema que se refere a “Manifestação de intenção de recurso”, quando concedida a oportunidade para tanto, implicará na preclusão do direito de recorrer da licitante.

4.7.4.1. O não atendimento pelo licitante ao que for requerido pelo Pregoeiro em observância aos princípios e normas que regem o certame configurará comportamento inidôneo, passível de sancionamento nos termos do edital, item 10, inciso X, caso decorra de mera irresignação.

4.7.4.2. O atendimento apenas parcial ao que foi demandado será considerado inércia para efeitos do que determina o item 4.7.4, alínea a.

5. DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. Abertura da sessão pública

5.1.1. A sessão pública do pregão, realizada em ambiente virtual do Portal de Compras – MG na rede mundial de computadores - internet -, será aberta na data e no horário indicados na folha de rosto deste Edital, observado o horário de Brasília - DF.

5.1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão na data marcada, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local aqui estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

5.2. Suspensão da sessão pública

5.2.1. A sessão pública poderá ser suspensa pelo Pregoeiro em casos tais como

a) promoção de diligência que venha suprir, esclarecer ou complementar a instrução do processo;

- b) promoção de diligência para obter dos setores competentes pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões; e
- c) dentre outros, a critério do Pregoeiro.

6. DOS PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO DA MELHOR PROPOSTA

6.1. Da fase de lances

6.1.1. Aberta a sessão pública, o pregoeiro publicará os avisos pertinentes, mediante a ferramenta de chat do sistema, e dará início à fase competitiva, oportunidade em que as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema.

6.1.2. No transcurso da sessão pública serão divulgados, em tempo real, o valor e horário do melhor lance apresentado pelas licitantes bem como todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, **sendo vedada a identificação da licitante**.

6.1.3. O lance será no valor global ofertado pela totalidade do objeto.

6.1.3.1. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.1.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$0,01 (um centavo).

6.1.4. A ordem de classificação das propostas será estabelecida segundo o critério de adjudicação definido para este certame.

6.1.4.1. Além do melhor preço a licitante poderá disputar melhor colocação na ordem de classificação, por meio da oferta de lance inferior ao último por ela ofertado, não se lhe impondo, portanto, ofertar valor inferior ao menor lance registrado no sistema.

6.1.5. A licitante poderá solicitar ao Pregoeiro a exclusão do seu último lance, se proposto com erro manifesto.

6.1.5.1. Somente poderá ser realizada pelo Pregoeiro a exclusão solicitada mediante o comando próprio no sistema.

6.1.5.2. O pedido de exclusão poderá ou não ser atendido, cabendo a licitante o cuidado e a atenção necessários na propositura dos lances.

6.1.6. Caso a licitante não realize lances será considerado o valor da proposta comercial originalmente apresentada, para efeito da classificação final.

6.1.7. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances.

6.1.7.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.1.7.2. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

6.1.8. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da fase competitiva.

6.1.8.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 6.1.8, supra, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances durante a prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.1.8.2. Na hipótese de não haver novos lances que ensejem a prorrogação automática ou durante o período de prorrogação, nos termos do item 6.1.8.1, a etapa competitiva será encerrada automaticamente, após o que haverá a aplicação do critério a que se referem o item 6.2 e respectivos subitens.

6.1.8.3. Encerrada a etapa competitiva sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 6.1.8.2, supra, o Pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.1.8.4. Definida a proposta mais bem classificada se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% e se houver mais de dois licitantes, o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.1.9. Caso haja empate após a etapa de envio de lances será realizada disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas no Regulamento Interno de Licitações do BDMG;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; e

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.1.9.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - que comprovem:

a) a prática de mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção; ou

b) a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros.

6.1.9.2. Na hipótese de persistir o empate após a aplicação dos critérios estabelecidos no subitem anterior a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.2. Do privilégio às ME, EPP ou equiparadas (empate ficto)

6.2.1. Observada a condição prevista no item 3.5 deste edital, em caso de empate ficto, entendido este como a situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou equiparadas possuam preços iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço, segundo o critério de adjudicação do objeto licitado, desde que ofertado por empresa não enquadrada como ME, EPP ou equiparada, será adotado o seguinte procedimento.

6.2.1.1. Obedecida a ordem de classificação das microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou equiparadas, o Pregoeiro convocará a detentora da proposta de menor valor dentre as que estejam na situação de empate ficto, para que apresente novo lance inferior ao melhor lance, no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

6.2.1.2. Realizado novo lance nos termos do item anterior o Pregoeiro examinará a aceitabilidade deste quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

6.2.1.3. Sendo aceitável a nova oferta de preço a confirmação das condições habilitatórias da ME, EPP ou equiparada obedecerá aos procedimentos previstos neste Edital.

6.3. Da verificação da conformidade da proposta

6.3.1. Obtida a classificação advinda da etapa de lances o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação às condições estabelecidas no edital, especialmente as do item 6.4 e respectivos subitens e do Anexo III, item 1 e respectivos subitens.

6.3.1.1. Caso entenda necessário o Pregoeiro acionará a funcionalidade do sistema relativa ao “envio de arquivo da proposta ajustada”, para encaminhamento de documentação de detalhamento referente à proposta da licitante então mais bem classificada.

6.3.1.1.1. A licitante encaminhará a documentação requerida pelo Pregoeiro no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por mais duas horas, contado da publicação do respectivo aviso no chat do sistema.

6.3.1.1.1.1. A prorrogação de que trata o item 6.3.1.1.1 poderá ocorrer nas seguintes situações:

I – por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;

II – de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o caput.

6.3.1.1.2. Analisadas a documentação apresentada para detalhamento da proposta original, conforme o edital, item 3.8.1.1, e a documentação requerida conforme o edital, item 6.3.1.1 e respectivos subitens, o Pregoeiro poderá, a seu critério exclusivo, realizar a diligência que se fizer necessária, nos termos do edital, item 4.7.3.

6.3.1.1.2.1. O prazo para a apresentação da documentação relativa à diligência será definido pelo Pregoeiro oportunamente, observado o princípio da igualdade.

6.3.1.1.3. Caso não haja documentação complementar a ser encaminhada, o pregoeiro encerrará o prazo e concluirá a análise de conformidade.

6.3.2. Será considerada inválida e, conseqüentemente, desclassificada a proposta que contiver vícios insanáveis ou que, quando presumidamente inexequível em relação ao valor ofertado advindo da fase de lances, não tiver a exequibilidade confirmada.

6.3.3. Verificada a conformidade a proposta será mantida classificada.

6.4. Da análise quanto à exequibilidade

6.4.1. Considerar-se-ão manifestamente inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I – média aritmética dos valores globais das propostas resultantes da fase de lances, não consideradas as de valor excessivo; ou

II – valor estimado pelo BDMG.

6.4.2. Não serão consideradas inexequíveis as propostas resultantes da fase de lances que importarem em preço diferentes entre si em até 15%, quando apresentadas por todos ou por pelo menos três licitantes.

6.4.3. Caso entenda manifestamente inexequível a proposta, o Pregoeiro estabelecerá prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço.

6.4.3.1. Para demonstração da exequibilidade do preço ofertado será admitido planilha de composição de custos e formação de preços elaborada pelo próprio licitante ou qualquer outro critério apto adotado pelo Pregoeiro, em diligência.

6.4.3.2. Para efeito de demonstração da exequibilidade não se admitirá proposta que importe em ausência de lucro ao licitante em relação à prestação dos serviços advinda da licitação.

6.4.3.3. O licitante que permanecer inerte quando da convocação específica para que comprove a exequibilidade de sua proposta se sujeitará às sanções administrativas pela não manutenção da proposta previstas no item 10 deste edital.

6.4.4. Empreendida a análise pertinente, será considerada inexequível a proposta a proposta cuja viabilidade econômica não for verificada.

6.4.5. Em razão da condição a que se referem o item 3.2.1.2 e respectivo subitem, a análise relativa à exequibilidade será em relação não ao valor final ofertado, advindo da fase de lances ou da negociação, mas sobre o valor global de remuneração pelos serviços licitados.

6.5. Da negociação com o então mais bem classificado

6.5.1. Verificada a conformidade da proposta então mais bem classificada, o pregoeiro negociará, por meio do sistema e de forma pública e transparente, condições mais vantajosas para o **BDMG**, com o licitante então ocupante do primeiro lugar na ordem de classificação.

6.5.1.1. Negociado o preço ofertado, será concedido ao licitante então mais bem classificado o prazo mínimo de 2 (duas) horas para o encaminhamento da documentação de detalhamento desse preço, conforme a necessidade, observadas as condições do Anexo III do edital, item 1 e respectivos subitens.

6.5.1.1.1. Quando o objeto for composto de mais de um item de fornecimento e/ou serviço ou os custos forem também objeto de negociação os preços unitários finais serão menores ou iguais aos preços unitários da proposta inicial.

6.5.1.1.2. No processo de negociação dos valores unitários, o Pregoeiro poderá encaminhar para a licitante mais bem classificada, bem como desta receber, planilhas preenchidas com os preços em ajustamento.

6.5.1.2. Caso não haja documentação a ser encaminhada, o pregoeiro encerrará o prazo e concluirá a fase de negociação.

6.5.2. Quando a proposta então mais bem classificada for desclassificada, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, respeitada a ordem de classificação advinda da fase de lances, sendo utilizados, em caso de propostas intermediárias empatadas, os critérios de desempate definidos no item 6.1.10 deste edital.

6.5.3. A negociação poderá ser realizada pelo Pregoeiro em qualquer fase da licitação.

6.5.4. Na negociação o Pregoeiro poderá enviar e receber da licitante então mais bem classificada o arquivo XLSX a que se refere o item 6.5.5.1, com o detalhamento dos valores ofertados.

6.5.5. ATENÇÃO: na negociação com o Pregoeiro a licitante considerará que:

a) os valores unitários/mensais correspondentes ao valor global negociado serão obtidos mediante a aplicação linear do percentual de desconto a que corresponde o valor global negociado, em relação ao respectivo valor global originalmente ofertado;

b) os valores unitários/mensais finais ofertados serão os obtidos conforme a alínea anterior, truncados na segunda casa decimal, conforme a Lei Federal 9.069/1995, art. 1º, §5º;

- c) os valores totais finais ofertados por etapa serão obtidos do produto dos respectivos unitários/mensais finais ofertados pelos quantitativos referentes; e
d) o valor global final ofertado será obtido da soma dos valores totais finais ofertados.

6.5.5.1. As adequações expressas no subitem 6.5.5 serão feitas mediante a utilização dos arquivos disponíveis mediante download pelos seguintes links:

I - licitante pessoa jurídica ou equiparada a pessoa jurídica
<https://tinyurl.com/46nw7tx8> ;

II - licitante pessoa física – <https://tinyurl.com/4ty6r89v> .

6.5.5.2. Exemplo de adequação de proposta ao valor global negociado – proposta de pessoa jurídica ou equiparada.

ATENÇÃO: PREENCHA SOMENTE O CAMPO EM AMARELO E APENAS SE CHAMADO À NEGOCIAÇÃO PELO PREGOEIRO

Valor global originalmente ofertado: R\$4.742.500,00
Valor global em negociação: R\$4.000.000,00
Percentual de desconto obtido em relação ao valor global originalmente ofertado: 15,6562994201%

Serviços de Saneamento básico		Quantidade por ano estimada (Q)	Preço unitário originalmente ofertado	Preço unitário final ofertado (P) - decorrente da aplicação do desconto no respectivo original ofertado e truncado na segunda casa decimal	Valor total final por serviço (Q x P)
1) Abastecimento de água e resíduos sólidos urbanos	Complexidade I	190	R\$700,00	R\$590,40	R\$112.176,00
	Complexidade II	100	R\$700,00	R\$590,40	R\$59.040,00
2) Esgotamento sanitário	Complexidade I	200	R\$700,00	R\$590,40	R\$118.080,00
	Complexidade II	100	R\$700,00	R\$590,40	R\$59.040,00
3) Estudos e planos		155	R\$600,00	R\$506,06	R\$78.439,30
4) Análise de planilha de elaboração de projeto de engenharia, estudos e planos		375	R\$700,00	R\$590,40	R\$221.400,00
5) Aditivos		300	R\$600,00	R\$506,06	R\$151.818,00
VALOR ANUAL NEGOCIADO - $\sum (Q \times P)$:					R\$799.993,30
VALOR GLOBAL NEGOCIADO - $5 \times \sum (Q \times P)$:					R\$3.999.966,50

6.5.5.3. Exemplo de adequação de proposta ao valor global negociado – proposta de pessoa física não equiparada a jurídica

ATENÇÃO: PREENCHA SOMENTE O CAMPO EM AMARELO E APENAS SE CHAMADO À NEGOCIAÇÃO PELO AGENTE DE LICITAÇÕES

Valor global originalmente ofertado: R\$4.742.500,00
Valor global em negociação: R\$4.000.000,00
Percentual de desconto obtido em relação ao valor global originalmente ofertado: 15,6562994201%

Serviços de Saneamento básico		Quantidade por ano estimada (Q)	Preço unitário cheio originalmente ofertado	Preço unitário cheio negociado (P) - decorrente da aplicação do desconto no respectivo original ofertado e truncado na segunda casa decimal	Preço unitário de remuneração negociado (P _r) - preço unitário cheio negociado truncado na segunda casa decimal e descontado o ônus referente à contribuição previdenciária patronal	Valor unitário da Contribuição Previdenciária Patronal por item de serviço (C) (P - P _r)	Valor total de remuneração negociado por serviço (Q x P _r)	Valor total negociado por serviço [Q x (C+P _r)]
1) Abastecimento de água e resíduos sólidos urbanos	Complexidade I	190	R\$700,00	R\$590,40	R\$481,95	R\$ 108,45	R\$ 91.570,50	R\$ 112.176,00
	Complexidade II	100	R\$700,00	R\$590,40	R\$481,95	R\$ 108,45	R\$ 48.195,00	R\$ 59.040,00
2) Esgotamento sanitário	Complexidade I	200	R\$700,00	R\$590,40	R\$481,95	R\$ 108,45	R\$ 96.390,00	R\$ 118.080,00
	Complexidade II	100	R\$700,00	R\$590,40	R\$481,95	R\$ 108,45	R\$ 48.195,00	R\$ 59.040,00
3) Estudos e planos		155	R\$600,00	R\$506,06	R\$413,11	R\$ 92,95	R\$ 64.032,05	R\$ 78.439,30
4) Análise de planilha de elaboração de projeto de engenharia, estudos e planos		375	R\$700,00	R\$590,40	R\$481,95	R\$ 108,45	R\$ 180.731,25	R\$ 221.400,00
5) Aditivos		300	R\$600,00	R\$506,06	R\$413,11	R\$ 92,95	R\$ 123.933,00	R\$ 151.818,00
VALOR TOTAL ANUAL NEGOCIADO DE REMUNERAÇÃO - $\sum (Q \times P_r)$:							R\$653.046,80	
VALOR GLOBAL NEGOCIADO DE REMUNERAÇÃO - $5 \times \sum (Q \times P_r)$:							R\$3.265.234,00	
VALOR TOTAL ANUAL NEGOCIADO (VALOR ANUAL DE REMUNERAÇÃO + ÔNUS REFERENTE À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL) - $\sum [Q \times (C+P_r)]$:								R\$799.993,30
VALOR GLOBAL NEGOCIADO - $5 \times \sum [Q \times (C+P_r)]$:								R\$3.999.966,50

6.5.6 ATENÇÃO: a recusa do licitante na adequação dos seus preços conforme determina o subitem 6.5.5. implicará na desclassificação da respectiva proposta e convocação do licitante então mais bem classificado.

6.6. Da análise da documentação de habilitação

6.6.1. Aceita a proposta então mais bem classificada o Pregoeiro passará à análise relativa à habilitação.

6.6.2. A documentação de habilitação será substituída pelo Certificado de Registro Cadastral, CRC, emitido pelo Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEF, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - SEPLAG/MG, da licitante, naqueles documentos por ele abrangidos, considerado ainda o que dispõem os itens 4.7.3 e 6.6.6 deste edital.

6.6.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CAGEF serão enviados por meio do sistema, **mediante convocação específica pelo pregoeiro no âmbito da sessão pública.**

6.6.3.1. A licitante encaminhará a documentação requerida pelo pregoeiro no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por mais duas horas, contado da publicação do respectivo aviso no chat do sistema.

6.6.3.1.1. A prorrogação de que trata o item 6.6.3.1 poderá ocorrer nas seguintes situações:

I – por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro;

II – de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o caput.

6.6.4. Em razão do que determina o edital, item 7.2, o Pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, disponibilizar aos licitantes, conforme mensagem via “chat” do sistema eletrônico, acesso alternativo à documentação de proposta e habilitação produzida até então, para que realizem a análise desses documentos em relação ao cumprimento do que determina o edital.

6.6.5. Caso pronuncie a inabilitação da licitante, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando as condições de habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

6.6.6. Para fins de habilitação, os documentos cuja emissão for possível via acesso ao respectivo sítio da internet ou a qualquer outro repositório útil a tanto, inclusive os autos de outros procedimentos licitatórios do BDMG, poderão ser produzidos pelo Pregoeiro, que os juntará ao processo.

6.6.6.1. A possibilidade da consulta prevista no item 6.6.6 não constitui direito da licitante, e o BDMG não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios necessários, hipóteses em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, a licitante será declarada inabilitada.

6.6.7. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no item 6.7 e respectivos subitens deste edital.

6.7. Da apresentação de documentação suplementar por ME, EPP ou equiparada

6.7.1. Desde que tenha suprido as demais condições de habilitação, caso a licitante mais bem classificada se enquadre na condição de ME, EPP ou equiparada apresente documento(s) comprobatório(s) de regularidade fiscal com restrição, será considerada habilitada pelo Pregoeiro, condicionada a habilitação à obtenção e comprovação da regularidade pertinente.

6.7.1.1. Neste caso, a sessão pública será suspensa para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora do certame, comprove a obtenção da condição de regularidade, mediante o encaminhamento de cópia da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa específica ao e-mail informado pelo Pregoeiro. O prazo é prorrogável por igual período, a critério exclusivo do BDMG, mediante requerimento escrito e fundamentado dirigido ao Pregoeiro, protocolado dentro do prazo original.

6.7.1.2. A não regularização do(s) documento(s), no prazo previsto ou concedido mediante prorrogação, implicará na inabilitação da licitante e decadência do direito à assinatura do contrato, sem prejuízo das sanções cabíveis, procedendo-se à convocação das demais licitantes, na ordem de classificação, ou à revogação da licitação.

6.8. Da possibilidade de apresentação de nova documentação

6.8.1. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro, no interesse do BDMG, poderá fixar para as licitantes prazo para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste subitem, para realização de nova classificação e/ou de nova etapa de habilitação segundo as regras deste edital, conforme o caso.

6.9. Da classificação final e adjudicação do objeto

6.9.1. Após a identificação da melhor proposta, de acordo com o critério de adjudicação definido para o certame e que atenda a todas as exigências deste edital, será a licitante que a tiver proposto declarada vencedora da licitação.

6.9.2. No prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da intimação específica, a licitante declarada vencedora deverá encaminhar ao BDMG:

a) a documentação de habilitação, em vias originais, cópias autenticadas ou cópias simples acompanhadas dos originais, neste caso sendo os originais posteriormente disponibilizadas à licitante para retirada; e

b) o instrumento, devidamente preenchido e assinado, da proposta comercial adequada ao último valor ofertado, sendo os preços unitários finais menores ou iguais aos preços unitários da proposta inicial, acompanhado da planilha de detalhamento e dos demais documentos necessários, conforme o caso, segundo o disposto no anexo relativo às condições e forma de apresentação da Proposta Comercial indicado na folha de rosto deste edital.

6.10. Orientações para participação da sessão pública

6.10.1. Um tutorial sobre como participar da sessão pública – inclusive sobre como efetuar lances e interpor recursos – pode ser acessado mediante download pelo link inserido [AQUI](#).

7. DOS RECURSOS

7.1. Ato contínuo ao término das fases:

a) de julgamento das propostas; e

b) de habilitação e declaração da vencedora do certame ou de certame fracassado

as licitantes poderão motivadamente interpor recurso, no prazo de 10 (dez) minutos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio.

7.1.1. ATENÇÃO: os recursos serão interpostos nos prazos específicos, segundo os atos e decisões a que se referirem, sendo intempestivos nos termos do item 7.4.1, alínea b:

a) os recursos relativos ao julgamento de propostas interpostos no prazo referente ao registro de recursos concernentes à habilitação e declaração de vencedor do certame;

b) os recursos relativos à fase de habilitação e à declaração de vencedor do certame interpostos no prazo referente à fase de julgamento de propostas.

7.1.2. ATENÇÃO: por uma característica do sistema o recurso interposto após o julgamento de propostas terá de ser novamente registrado, caso permaneça o interesse de recorrer, a cada vez que, em razão da inabilitação do licitante então mais bem classificado, o pregoeiro tornar a fase a que se refere o edital, item 6.3 e respectivos subitens.

7.1.2.1. A não reiteração do recurso nos termos do item 7.1.2 implicará na preclusão do direito de recorrer

7.2. A interposição de recurso consiste na manifestação da licitante realizada no âmbito da sessão pública, tendo sido previamente disponibilizada a documentação produzida no âmbito da sessão pública e observados os pressupostos recursais, sendo o prazo posterior apenas para apresentação de razões e contrarrazões recursais.

7.2.1. As razões do(s) recurso(s) serão apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da notificação acerca da admissão do(s) recurso(s), após a conclusão do juízo de admissibilidade a que se referem o item 7.4 e respectivos subitens deste edital, ficando os demais licitantes desde então intimados para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, contados a partir do término do prazo do recorrente.

7.2.2. A apresentação das razões de recurso e das contrarrazões será feita exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio.

7.2.2.1. Serão consideradas como não escritas as razões recursais que não remetam diretamente às alegações registradas em sede de recurso, no âmbito da sessão pública.

7.2.2.2. A apresentação de documentos complementares cujos originais forem em papel e cuja validade e autenticidade não sejam passíveis de verificação em meio

eletrônico ou digital será efetuada obrigatoriamente mediante protocolo junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG, na Rua da Bahia, nº 1.600, bairro de Lourdes, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.160-907, no horário de 08h00 (oito horas) às 18h00 (dezoito horas), observados os prazos previstos no item 7.2.1.

7.3. O(s) recurso(s) será(ão) recepcionado(s) pelo Pregoeiro que apreciará sua admissibilidade, podendo reconsiderar sua decisão ou encaminhar o(s) recurso(s) à autoridade superior, que decidirá definitivamente sobre o provimento ou não do(s) recurso(s).

7.4. O juízo de admissibilidade dos recursos interpostos será realizado pelo pregoeiro após a declaração de vencedor do certame.

7.4.1. ATENÇÃO: não será admitido pelo Pregoeiro recurso em que se verifiquem ausentes os pressupostos da sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, sendo:

- a) sucumbência – referente à condição de não vencedor do recorrente, na licitação;
- b) tempestividade – referente à interposição do recurso no prazo devido;
- c) legitimidade – referente ao poder de representação necessário para a interposição do recurso, verificado quando do cadastramento no CAGEF;
- d) interesse – referente à existência de efetivo benefício a ser auferido pelo recorrente no âmbito da licitação caso seja dado provimento ao recurso;
- e) motivação – referente à indicação expressa, no campo específico do sistema, do(s) ato(s) ou decisão(ões) impugnadas e do(s) vício(s) nessa(s) decisão(ões) – exemplos:

“Recorro da decisão do Pregoeiro que considerou válida a proposta do licitante ..., em razão de a proposta não atender à condição do edital, Anexo ..., item ...”; ou

“Recorro da decisão do Pregoeiro que considerou habilitado o licitante ..., em razão de não comprovado o atendimento à condição de habilitação do edital, Anexo ..., item ...”.

7.5. A falta de manifestação por qualquer das licitantes, mediante o sistema eletrônico, motivada e no prazo de 10 (dez) minutos contados da intimação específica, importará na preclusão do seu direito de recurso, caso em que Pregoeiro dará continuidade ao procedimento licitatório.

7.6. As licitantes poderão renunciar ao direito de recorrer ou ao prazo para apresentação de razões de recurso, mediante manifestação expressa por meio do sistema eletrônico, que será devidamente lavrada em ata.

7.6.1. Tendo havido a renúncia ao direito de recorrer ou ao prazo para apresentação de razões de recurso por todas as licitantes, o Pregoeiro passará imediatamente ao ato subsequente da licitação.

7.7. O recurso e as respectivas razões e contrarrazões, se houver, serão examinadas pelo Pregoeiro que reconsiderará ou manterá a decisão impugnada e, neste caso, submeterá o recurso à Autoridade Competente do BDMG, que decidirá de forma definitiva.

7.8. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8. DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. Inexistindo manifestação recursal, a autoridade competente do BDMG homologará o processo licitatório.

8.2. Julgados os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente do BDMG homologará o processo licitatório, adjudicando seu objeto para a licitante vencedora.

9. DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

9.1. Publicada a homologação da licitação e supridas as condições prévias de contratação do Anexo I deste edital, item 3, a licitante vencedora ou sua sucessora será convocada por meio do endereço eletrônico ou dos números de telefone que consignou no instrumento de sua proposta comercial, para que, em até 05 (cinco) dias úteis contados da convocação específica ou, na hipótese do item 9.2, alínea c, do recebimento do respectivo instrumento impresso, sob pena de decair o direito à contratação, assine o instrumento do contrato advindo da licitação, cuja minuta integra o Anexo IV deste edital.

9.2. A critério exclusivo do BDMG as vias do instrumento contratual serão:

- a) digitais e assinadas mediante plataforma de assinaturas eletrônicas; ou
- b) documentos natos do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do governo do Estado de Minas Gerais, assinados mediante procedimentos próprios desse sistema; ou
- c) impressas em papel, sendo as assinaturas colhidos conforme o item 9.2.3 e respectivos subitens.

9.2.1. Sobre o instrumento contratual em vias digitais assinadas mediante plataforma de assinaturas eletrônicas

9.2.1.1. Orientações específicas acerca da assinatura serão dadas quando da convocação a que se refere o item 9.1.

9.2.2. Sobre o instrumento contratual em vias que são documentos natos SEI-MG assinados mediante procedimentos próprios desse sistema

9.2.2.1. Caso as vias do instrumento contratual sejam documentos natos SEI-MG, a licitante vencedora será convocada para que seu(s) representante(s) signatário(s) do contrato realize(m), em até 05 (cinco) dias úteis contados da convocação específica, o cadastramento como Usuário Externo no Sistema Eletrônico de Informações – SEI-MG, se ainda não cadastrado(s), mediante os procedimentos descritos na página específica do portal da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo de Minas Gerais na internet – <http://www.planejamento.mg.gov.br/pagina/gestao->

[governamental/sei/sistema-eletronico-de-informacoes](#) – , no rol ‘Outras informações’, item ‘Usuários externos’.

9.2.2.1.1. Um manual com instruções para o cadastramento pode ser consultado pelo endereço <https://docs.google.com/document/d/1DCExqxTofGlt9nAN-ZDHuEUmQZ9wxxU8FFBGhKCEeHc/edit>

9.2.2.2. A licitante vencedora comunicará ao BDMG, mediante e-mail encaminhado aos endereços pregao@bdmg.mg.gov.br e seibdmg@bdmg.mg.gov.br , a realização do cadastramento, quando da sua conclusão.

9.2.2.2.1. Caso o(s) representante(s) da licitante já esteja(m) previamente cadastrado(s) no SEI, deverá ser apresentado documento comprobatório de que tem(têm) poderes para a assinatura do instrumento contratual.

9.2.2.3. Realizados os procedimentos dos itens 9.2.2.1 a 9.2.2.2, a licitante vencedora será convocada para assinar os documentos no prazo estabelecido conforme o item 9.1.

9.2.3. Sobre o instrumento contratual em vias impressas em papel

9.2.3.1. No caso de encaminhamento das vias do instrumento em papel para a licitante vencedora, será considerada, para verificação do cumprimento do prazo a que se refere o item 9.1 a data da postagem na devolução da documentação, devidamente assinada, ao seguinte destinatário:

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG
Núcleo de Contratos Administrativos
Rua da Bahia, 1.600, 2º andar – GP.LC
Lourdes
Belo Horizonte/MG
CEP 30.160-907

9.2.3.2. A critério exclusivo do BDMG, o prazo a que se refere o item 9.1, poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez.

9.2.3.3. O instrumento contratual será assinado em duas vias originais.

9.3. Em caso de impossibilidade técnica a licitante poderá solicitar, mediante motivação devidamente justificada e em até um dia útil após a convocação a que se refere o item 9.1, a utilização de vias impressas em papel para a formalização da contratação, podendo o BDMG acatar ou não a solicitação.

9.4. Caso requerido no anexo relativo ao Termo de Referência deste Edital, a licitante vencedora deverá, mediante convocação específica e no prazo concedido pelo BDMG, comprovar o cumprimento das condições prévias à assinatura do instrumento contratual.

9.5. O não comparecimento da licitante vencedora convocada no prazo fixado pelo BDMG importará na perda do direito à assinatura do instrumento contratual.

9.6. Caso a licitante vencedora não apresente situação regular na ocasião da assinatura do contrato ou se recuse a assiná-lo será sucedida por outro licitante, obedecida a ordem de classificação advinda da licitação.

9.7. Nas hipóteses dos itens 9.5 e 9.6 o procedimento do pregão será reaberto para o exame das ofertas e qualificação das licitantes, obedecida a ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, e, não havendo recurso, ser-lhe-á adjudicado o objeto, cabendo, a esse procedimento, conforme o caso, os preceitos contidos nos itens 7 e 8 deste edital.

9.8. Será admitido a assinar o instrumento contratual apenas a licitante que atender às exigências de habilitação previstas neste edital, inclusive as prévias de contratação, devendo mantê-las durante toda a vigência do contrato.

9.9. A classificação resultante da licitação será mantida durante toda a vigência do contrato ela advindo.

9.9. Caso a licitante sucessora seja convocada em prazo posterior ao término da vigência de sua proposta comercial, os preços a serem registrados serão atualizados pelo índice IPCA acumulado a partir da data de apresentação da respectiva proposta.

9.10. Caso requerido no anexo relativo ao Termo de Referência deste Edital, a licitante vencedora ou sua sucessora deverá, mediante convocação específica e no prazo concedido pelo BDMG, comprovar o cumprimento das condições prévias à assinatura do instrumento contratual.

9.11. A não assinatura do contrato, no prazo fixado pelo BDMG, importará na perda do direito à contratação.

9.12. A critério exclusivo do BDMG, os prazos a que se referem os itens 9.1 e 9.2.2.1 poderão ser prorrogados por igual período, uma única vez.

10. DAS PENALIDADES

10.1. Poderá ser aplicada a pena de suspensão de participação em licitação e contratação com o BDMG, por até 02 (dois) anos, para a licitante que:

I – tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II – tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III – demonstre não possuir idoneidade para contratar com o BDMG em virtude de atos ilícitos praticados;

IV – convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

V – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

VI – apresentar documentação falsa exigida para o certame;

VII – ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

VII – não manter a proposta;

IX – falhar ou fraudar na execução do contrato;

X – comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013.

10.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o instrumento contratual, aceitar ou retirar os instrumentos ou equivalentes, dentro do prazo estabelecido pelo BDMG, além de ensejar outras cominações legais, sujeitá-lo-á, garantida a ampla defesa, à aplicação de multa no mesmo percentual definido para a multa compensatória prevista na cláusula de penalidades da minuta do instrumento contratual anexa a este edital.

10.3. Pelo atraso, inexecução total ou parcial no cumprimento do objeto a ser contratado, garantida a ampla defesa, a licitante contratada ficará sujeito às sanções previstas na cláusula de penalidades da minuta do instrumento contratual, conforme anexo pertinente deste Edital.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Em razão do que determina a Lei Geral de Proteção de Dados, o acesso aos autos do processo licitatório, no qual há dados pessoais em documentos que o compõem, será por requisição expressa, mediante a apresentação de instrumento de declaração de compromisso devidamente preenchido e assinado e com a qualificação do interessado, nos seguintes termos:

I – interessado pessoa física:

“Eu, <NOME>, inscrição nº <Nº DO CPF> no CPF, residente na <ENDEREÇO COMPLETO>, endereço eletrônico <ENDEREÇO DE E-MAIL> solicito que me seja encaminhada via e-mail cópia dos autos do processo licitatório edital BDMG-23/2025. Para tanto, comprometo-me a manter sigilo em relação aos dados pessoais de terceiros constantes na documentação e declaro que esses dados não serão compartilhados e não serão utilizados, de qualquer forma e em qualquer medida, para o que não se refira objetivamente ao processo licitatório edital BDMG-23/2025”.

II – interessado pessoa jurídica: “A <NOME EMPRESARIAL>, inscrição nº <Nº DO CNPJ> no CNPJ, com endereço na <ENDEREÇO COMPLETO> e endereço eletrônico <ENDEREÇO DE E-MAIL>, solicita, na pessoa de seu(s) representante(s) <NOME DO REPRESENTANTE LEGAL>, inscrição no CPF nº <Nº DO CPF>, residente na <ENDEREÇO COMPLETO> e e-mail <ENDEREÇO DE E-MAIL>, signatário(s) desta declaração, que lhe seja encaminhada via e-mail cópia dos autos do processo licitatório edital BDMG-23/2025. Para tanto, comprometo-se com a manutenção do sigilo em relação aos dados pessoais de terceiros constantes nos autos do processo licitatório edital BDMG-23/2025 e declara que esses dados não serão compartilhados e não serão utilizados, de qualquer forma e em qualquer medida, para o que não se refira objetivamente ao processo licitatório edital BDMG-23/2025”.

11.2. O interessado pessoa física apresentará junto ao instrumento a que se refere o item 11.1, inciso I, documento de identificação civil válido (RG, CNH, ou outro conforme a lei) e CPF.

11.3. O interessado pessoa jurídica apresentará junto ao instrumento a que se refere o item 11.2, inciso II, documento de identificação civil válido (RG, CNH, ou outro conforme a lei) e CPF do representante legal e comprovação dos poderes de representação.

11.4. O acesso aos autos poderá ser feito também presencialmente, mediante agendamento pelo e-mail pregao@bdmg.mg.gov.br, quando o interessado apresentará os respectivos instrumentos e documentos referidos nos itens 11.1 a 11.3.

12. FORO

12.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de Belo Horizonte, MG, por mais privilegiado que outro seja.

Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2026.

Evandro Dolabella Melo
Pregoeiro do BDMG

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Prestação dos serviços de análise de projetos de engenharia de saneamento básico.

1.2. Demais condições estabelecidas conforme Anexo IV – Minuta do Instrumento Contratual

2. VALOR DE REFERÊNCIA

2.1. O valor de referência estimado e máximo aceitável para a presente contratação é de R\$4.911.856,75 (quatro milhões, novecentos e onze mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme os valores unitários máximos detalhados abaixo:

Serviços de Saneamento Básico	Quantidade máxima por ano (A)	Valor Unitário máximo (B)	Valor total máximo por ano (A x B)
Abastecimento de água e resíduos sólidos urbanos – Complexidade I	190	R\$ 705,90	R\$ 134.121,00
Abastecimento de água e resíduos sólidos urbanos – Complexidade II	100	R\$ 705,90	R\$ 70.590,00
Esgotamento sanitário – Complexidade I	200	R\$ 705,90	R\$ 141.180,00
Esgotamento sanitário – Complexidade II	100	R\$ 724,77	R\$ 72.477,00
Estudos e planos	155	R\$ 673,87	R\$ 104.449,85
Análise de planilha de elaboração de projeto de engenharia, estudos e planos	375	R\$ 705,90	R\$ 264.712,50
Aditivo	300	R\$ 649,47	R\$ 194.841,00
Valor máximo anual - $\sum(A \times B)$:			R\$ 982.371,35
Valor máximo global - $5 \times \sum(A \times B)$:			R\$ 4.911.856,75

2.1.1. ATENÇÃO: o BDMG não se vincula à realização de um quantitativo mínimo de demanda por item de serviço.

2.1.2. ATENÇÃO: serão remunerados somente os serviços efetivamente prestados.

3. CONDIÇÕES PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO

3.1. Como condição prévia à assinatura do instrumento contratual será conferida a condição do licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP.

3.2. A licitante adjudicatária será convocada para assinar o contrato em até 05 (cinco) dias úteis, com eventual prorrogação a critério do BDMG, devendo apresentar os dados dos representantes legais, que assinarão o instrumento por meio de sistema de assinatura eletrônica ou digital de escolha do BDMG.

3.2.1. Os poderes de representação serão comprovados pela licitante adjudicatária mediante a apresentação da seguinte documentação, conforme o caso:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) estatuto ou contrato social em vigor consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, devidamente registrados;
- c) ato constitutivo, devidamente registrado, no caso de sociedade civil ou não empresária, acompanhado de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;
- d) outros documentos necessários à efetiva comprovação dos poderes de representação, segundo a realidade da licitante adjudicatária.

3.2.2. A convocação se dará por e-mail ao endereço eletrônico indicado pela licitante adjudicatária no instrumento de sua proposta comercial.

3.2.3. Previamente à celebração do contrato, e com recorrência anual, se for o caso, o BDMG fará avaliação de cada sócio, quanto a figurar:

- a) como Pessoa Exposta Politicamente (PEP) ou pessoa na condição de representante, familiar ou estreito colaborador do PEP, nos termos da Circular Bacen 3978/20; e
- b) mídia negativa relativa a incidentes de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo e lista de pessoas sancionados segundo o Conselho de Segurança das Nações Unidas (Lei Federal 13.810/2019).

3.2.4. Qualquer que seja o resultado apresentado, não constituirá empecilho para o prosseguimento da contratação.

3.2.5. A licitante adjudicatária indicará ciência expressa, por cada sócio, quanto ao encaminhamento dos seus dados para o BDMG com fins ao cumprimento das regras deste item, passando o BDMG a ser garante de tais dados, conforme Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

4 DEMAIS CONDIÇÕES

4.1. Expressas nos demais anexos deste edital BDMG-23/2025.

ANEXO II – CONDIÇÕES E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Sobre o cadastro no Portal de Compras MG

1.1. Orientações sobre o processo de cadastro da licitante e de seus representantes e outras informações pertinentes podem ser acessadas na página [Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF](#) do Portal de Compras – MG, site www.compras.mg.gov.br, ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores, mediante o telefone (31) 3916-9755 e o e-mail cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br.

2. Os seguintes documentos serão apresentados pelo licitante então mais bem qualificado, mediante convocação específica pelo pregoeiro, para sua habilitação, qualquer que seja o lote pretendido, tendo em conta o que prevê o edital, item 4.5.3, e que o Certificado de Registro Cadastral, CRC, emitido ao licitante mediante o Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores, CAGEF, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, SEPLAG/MG, será utilizado em substituição aos documentos por ele abrangidos, e que não será exigida a comprovação de atendimento a condição suspensa por determinação legal, neste caso consideradas as disposições do edital, item 3.6.8.

2.1. Um tutorial com orientações para a obtenção do relatório CRC e das certidões de regularidade junto ao CAFIMP e ao CEIS pode ser consultado pelo link inserido [AQUI](#).

2.2. Regularidade jurídica

2.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

2.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, devidamente registrados. Em qualquer caso, tais documentos deverão estar acompanhados de suas alterações ou consolidação;

2.2.3. Ato constitutivo, devidamente registrado, no caso de sociedade civil ou não empresária, acompanhado de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;

2.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

2.2.5. Prova de que a licitante não consta no Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, conforme a Portaria MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.

2.2.6. Documento civil de identificação, no caso de pessoa física sem inscrição no CNPJ/MF;

2.3. Regularidade fiscal

2.3.1. licitante pessoa jurídica ou equiparada

2.3.1.1. Prova de inscrição regular no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda, CNPJ/MF;

2.3.1.2. Prova de regularidade de situação para com a Seguridade Social e perante a Fazenda Nacional, por meio da “Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União” ou “Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União”, nos termos da Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

2.3.1.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual por meio de certidão negativa de débitos ou positiva com efeitos negativos, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda do domicílio da licitante;

2.3.1.4. Certificado de regularidade junto ao FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

2.3.1.5. Prova de regularidade relativa a Débitos Trabalhistas, por meio da “Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas”, nos termos da Lei nº 12.440/2011 e ao Ato CGJT nº 1, de 21 de janeiro de 2022.

2.3.2. licitante pessoa física sem inscrição no CNPJ

2.3.2.1. Prova de inscrição regular no Cadastro Nacional da Pessoa Física, do Ministério da Fazenda, CPF/MF;

2.3.2.2 Número de inscrição do trabalhador-NIT ou número do Programa de Integração Social-PIS ou declaração, de próprio punho, de que já é contribuinte pelo teto máximo da Previdência;

2.3.2.3. Prova de regularidade de situação para com a Seguridade Social e perante a Fazenda Nacional, por meio da “Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União” ou “Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União”, nos termos da Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

2.3.2.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual por meio de certidão negativa de débitos ou positiva com efeitos negativos, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda do domicílio da licitante;

2.3.2.5. Declaração de que não mantém empregado;

2.3.2.6. Prova de regularidade relativa a Débitos Trabalhistas, por meio da “Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas”, nos termos da Lei nº 12.440/2011 e ao Ato CGJT nº 1, de 21 de janeiro de 2022.

2.4. Qualificação econômico-financeira

2.4.1. licitante pessoa jurídica ou equiparada

2.4.1.1. Certidão negativa de falência emitida pelo distribuidor da comarca onde se encontre a sede da licitante e expedida com antecedência máxima de 180 (cento e oitenta) dias, salvo se a própria certidão estabelecer prazo de validade diverso, ou comprovação, por qualquer meio apto, de encontrar-se em processo de recuperação judicial.

2.4.1.1.1. No caso de comarcas com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor.

2.4.1.1.2. A certidão negativa cível que abarque ações de falência poderá ser apresentada em substituição à requerida no subitem 2.4.1.1 acima, observadas as mesmas condições de emissão e desde que possível a verificação pertinente junto ao órgão emissor.

2.4.2. licitante pessoa física sem inscrição no CNPJ

2.4.2.1. Certidão negativa de insolvência civil, ou outra certidão apta à comprovação da referida condição, emitida pelo Distribuidor da Comarca onde se encontre o domicílio do leiloeiro e expedida com antecedência máxima de 180 (cento e oitenta) dias, salvo se a própria certidão estabelecer prazo de validade diverso.

2.4.2.2.1. No caso de comarcas com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor.

2.4.2.2.2. A certidão negativa cível que abarque ações de insolvência poderá ser apresentada em substituição à requerida acima, observadas as mesmas condições de emissão e desde que possível a verificação pertinente junto ao órgão emissor.

2.5. Qualificação técnica

2.5.1. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica - CRQPJ emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, onde conste a área de atuação da empresa licitante, compatível com o objeto da licitação, qual seja, serviços técnicos de engenharia, contendo o nome dos responsáveis técnicos da empresa.

2.5.2. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física - CRQPF emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, contendo o nome do responsável(s) técnico(s) da licitante.

2.5.3. A licitante indicará equipe mínima de profissionais que responderão tecnicamente pelos serviços demandados, comprovando sua formação e a qualificação técnica exigida no subitem seguinte, bem como o vínculo com a licitante pessoa jurídica por meio de:

I - Certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado, contrato social ou última alteração contratual em vigor, caso o profissional seja o empresário ou proprietário/sócio;

II - Cópia do registro na Carteira de Trabalho, consistindo na apresentação das partes referentes à identificação do profissional e do contrato de trabalho; ou

III - Cópia de contrato de prestação de serviços firmado entre licitante e o profissional.

2.5.3.1. Caso a licitante seja pessoa física não equiparada a jurídica, o responsável técnico será a própria licitante.

2.5.3.2. O responsável técnico indicado pela licitante participará efetivamente dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissional(ais) de formação e experiência equivalente ou superior, devidamente aprovado pelo BDMG.

2.5.4. A equipe mínima de profissionais indicados pela licitante como responsáveis técnicos devem comprovar a qualificação técnica detalhada abaixo:

Qualificação técnica exigida
- Engenheiro Civil/Sanitarista/Ambiental e/ou Arquiteto e Urbanista com certidão de acervo técnico emitido pelo CREA ou CAU que comprove a análise de Planos Municipais de Saneamento Básico e/ou Planos de Recuperação de Área Degradada e/ou Planos Municipais e/ou Intermunicipais de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos. - Engenheiro Civil/Sanitarista e/ou Arquiteto e Urbanista com certidão de acervo técnico emitido pelo CREA ou CAU que comprove a análise de projetos de Saneamento Básico, com as seguintes finalidades: (i) esgotamento sanitário e/ou (ii) abastecimento de água e/ou (iii) implantação e/ou reforma de Unidade de Triagem e Compostagem (UTC) e/ou Implantação, reforma e ampliação de Aterro Sanitário.

2.5.4.1. A equipe mínima poderá ser formada por um único profissional desde que sejam atendidos os todos os requisitos especificados acima.

2.5.4.2. O(s) profissional(is) indicado(s) como equipe mínima serão obrigatoriamente responsáveis por prestar a(s) atividade(s) técnica(s) contratadas, especialmente pelo relatório técnico entregue correspondente ao projeto analisado.

2.5.4.3. Será admitida a substituição de qualquer dos membros da equipe mínima por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo BDMG, devendo ser apresentada toda a documentação pertinente em nome do novo profissional.

2.5.4.4. Em caso de licitante pessoa física, não será admitida a substituição, dada a vinculação da própria licitante à prestação dos serviços.

2.5.4.5. A licitante apresentará o comprovante de registro e regularidade no CREA ou no CAU de cada um dos profissionais indicados.

2.5.4.6. A licitante pessoa jurídica apresentará a comprovação de seu vínculo formal com o(s) profissional(is) indicado(s), conforme os casos:

I - Caso o profissional seja o empresário ou proprietário/sócio, por meio de Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado, ou do contrato social atualizado.

II - Caso o profissional não seja o empresário ou proprietário/sócio da empresa, por meio de

a) cópia autenticada do registro na Carteira de Trabalho ou da ficha funcional;

b) do contrato de prestação de serviços, com exibição das partes, especialmente a identificação do profissional e do contrato de trabalho ou de prestação de serviços; ou de

c) pré-contrato ou contrato preliminar, firmado com a licitante, no qual o respectivo profissional se compromete a executar os respectivos serviços caso a licitante seja declarada vencedora do certame.

2.5.4.7. Em caso de adjudicatária pessoa física, não equiparada a pessoa jurídica, o cumprimento dos requisitos de equipe mínima se fará na figura da própria licitante, para não admissão da transferência da responsabilidade dos serviços para outra pessoa física.

2.6. O Certificado de Registro Cadastral, CRC, emitido ao licitante mediante o Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores, CAGEF, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, SEPLAG/MG, será utilizado em substituição aos documentos por ele abrangidos.

2.6.1. Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.

2.6.2. Os documentos abrangidos pelo CRC, exigidos para este certame, que estiverem vencidos e cuja emissão via acesso público ao respectivo site na internet não seja possível, deverão ser encaminhados ao Pregoeiro quando da convocação específica.

3. Do encaminhamento da documentação original de habilitação, conforme o item 6.9.2 do edital

3.1. A documentação de habilitação cujos originais forem em papel será encaminhada ao BDMG nas vias originais, cópias autenticadas ou cópias simples acompanhadas dos originais, neste caso sendo os originais posteriormente disponibilizados ao licitante para

retirada, em envelope que contenha em seu anverso a referência ao nome, número do certame, os dizeres “Habilitação”, a identificação do Lote pretendido e a identificação do licitante, conforme o seguinte modelo:

Pregão BDMG-23/2025 HABILITAÇÃO <nome do licitante>
--

ANEXO III – CONDIÇÕES E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

1. Da proposta original, preenchida em formulário eletrônico no portal Compras MG.

1.1. No preenchimento do formulário eletrônico de proposta, no Compras MG, serão informados:

a) nos campos relativos a valores, o valor global ofertado determinado conforme o item 1.2 deste anexo; e

b) no campo de informações complementares, o prazo de validade da proposta.

1.2. **ATENÇÃO:** o valor global ofertado será determinado mediante a utilização obrigatória do arquivo XLSX de detalhamento de proposta, conforme a natureza do licitante, disponível mediante download pelo endereço referente:

I – licitante pessoa jurídica ou equiparada a jurídica – <https://tinyurl.com/38923rvp> ; ou

II – licitante pessoa física não inscrita no CNPJ – <https://tinyurl.com/26hvfeez> .

1.2.1. **ATENÇÃO:** O arquivo XLSX de detalhamento de proposta será encaminhado quando do registro da proposta original no sistema, devidamente preenchido e mediante a funcionalidade “Arquivo(s) de descrição da proposta de preço - Proposta inicial”, conforme a figura abaixo:

Arquivo(s) de descrição da proposta de preço - Proposta inicial

Você pode enviar até 5 arquivos soltando-os aqui ou clicando aqui para selecioná-los.
O tamanho máximo permitido para cada arquivo é de 20 MB.

Arquivos de complementação do licitante

Você pode enviar até 5 arquivos soltando-os aqui ou clicando aqui para selecioná-los.
O tamanho máximo permitido para cada arquivo é de 20 MB.

CANCELAR SALVAR

1.2.1.1. **ATENÇÃO:** o não encaminhamento do arquivo de detalhamento do preço global originalmente proposto ou o arquivo que contenha vício insanável darão causa à desclassificação da proposta.

1.2.1.2. **ATENÇÃO:** não será incluída junto à proposta, por meio do campo “Arquivos de complementação do licitante”, qualquer documentação.

1.3. **ATENÇÃO:** não será incluída documentação de habilitação junto à proposta.

1.3.1. A documentação de habilitação será apresentada pelo licitante mediante convocação específica, no âmbito da sessão pública, nos termos do edital, item 6.6 e respectivos subitens.

1.4. A proposta comercial conterá oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou quaisquer condições ou vantagens que induzam o julgamento.

1.5. Os valores serão registrados em moeda corrente no País e grafados com apenas duas casas decimais para todos os campos a serem preenchidos.

1.6. Nos preços propostos, estarão incluídos todos os custos, diretos e indiretos, lucro e ônus decorrentes da prestação de serviços, tais como tributos, taxas, custos de deslocamentos ou quaisquer outros que venham a recair sobre o objeto da licitação, não cabendo ao BDMG quaisquer custos adicionais, observados os termos deste Edital.

1.6.1. Quaisquer custos diretos ou indiretos omitidos da proposta comercial ou incorretamente cotados serão considerados inclusos no preço, não sendo admitidos pleitos de acréscimo a esse ou a qualquer título, devendo o objeto licitado ser prestado sem qualquer ônus adicional para o BDMG.

1.6.2. ATENÇÃO: na elaboração de sua proposta **o licitante pessoa física não equiparado a pessoa jurídica** considerará a incidência da tributação específica e que, caso venha a ser o primeiro colocado na classificação advinda da fase de lances, arcará com o ônus referente à contribuição previdenciária patronal a ser recolhida pelo BDMG.

1.6.2.1. O valor de remuneração a ser percebido pelo licitante pessoa física não equiparado a pessoa jurídica corresponderá, para cada item de precificação próprio, ao resultado da seguinte fórmula:

$$VR_f = \frac{VR}{1,225}$$

Onde:

VR_f é o Valor de Remuneração a ser percebido pelo licitante, truncado na segunda casa decimal; e

VR é o Valor de Remuneração correspondente ao item de precificação.

1.7. Será imediatamente desclassificado o licitante que se fizer identificar antes da conclusão da fase de lances e determinação do melhor classificado, a não ser pelo código a si atribuído pelo site eletrônico Compras MG.

1.8. O sigilo relativo à participação no certame vigorará até a determinação da ordem de classificação após a fase de lances.

1.9. Um arquivo contendo orientações para o cadastramento da proposta original pode ser acessado pelo link disponibilizado [AQUI](#), observadas as condições item 1.2 e respectivos subitens deste anexo.

2. Da apresentação do instrumento impresso da proposta pelo vencedor da licitação e documentos e/ou informações complementares pertinentes.

2.1. A proposta comercial **do licitante vencedor** será entregue adequada ao último valor ofertado, em via impressa devidamente preenchida e assinada, junto à documentação de habilitação, observadas as condições dos itens abaixo.

2.2. Nos preços readequados permanecerão incluídos todos os impostos, tributos, encargos, custos e/ou quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação do objeto da licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do licitante contratado.

2.2.1. Quaisquer custos diretos ou indiretos omitidos da proposta comercial ou incorretamente cotados serão considerados inclusos no preço, não sendo admitidos pleitos de acréscimo a esse ou a qualquer título, devendo o objeto licitado ser prestado sem qualquer ônus adicional para o BDMG.

2.3. O preço ofertado deverá ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

2.4. A proposta comercial será assinada pelo licitante ou seu representante legal, ou ainda por procurador devidamente constituído, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, no teor do respectivo modelo abaixo indicado:

2.4.1. Modelo de Proposta comercial final – licitante pessoa jurídica ou equiparada:

PREGÃO ELETRÔNICO BDMG-23/2025			
1. NOME EMPRESARIAL: <nome da licitante>			
2. ENDEREÇO: <endereço completo>			
3. CNPJ: <nº do CNPJ>			
4. TELEFONE: <nº do telefone>		5. E-MAIL: <endereço de e-mail>	
6. OBJETO: Prestação dos serviços de análise de projetos de engenharia de saneamento básico, obedecidas as demais especificações contidas no Edital BDMG-23/2025 e em seus anexos.			
7. PREÇOS OFERTADOS:			
Serviços de Saneamento Básico	Quantidade máxima por ano (A)	Preço Unitário Ofertado (B)	Valor total anual por serviço (A x B)
Abastecimento de água e resíduos sólidos urbanos – Complexidade I	190	<preencher>	<preencher>
Abastecimento de água e resíduos sólidos urbanos – Complexidade II	100	<preencher>	<preencher>
Esgotamento sanitário – Complexidade I	200	<preencher>	<preencher>
Esgotamento sanitário – Complexidade II	100	<preencher>	<preencher>

Estudos e planos	155	<preencher>	<preencher>
Análise de planilha de elaboração de projeto de engenharia, estudos e planos	375	<preencher>	<preencher>
Aditivo	300	<preencher>	<preencher>
Valor máximo anual - $\sum (A \times B)$:			<preencher>
Valor máximo global - $5 \times \sum (A \times B)$:			<preencher>

VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO - $5 \times \sum (A \times B)$: <informar valor> (<informar valor por extenso>)

7. DECLARAÇÕES:

Declaro que conheço, aceito e serão atendidas todas as condições estabelecidas no Pregão Eletrônico BDMG-23/2025 e seus anexos.

Declaro que o preço proposto engloba todos os custos, diretos e indiretos, e ônus decorrentes da prestação dos serviços, tais como tributos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e previdenciários, taxas, fretes, insumos, custos operacionais, ou outros necessários ao cumprimento integral do objeto do instrumento contratual ou ainda quaisquer outros que porventura possam recair o referido instrumento, não cabendo ao BDMG quaisquer custos adicionais.

Declaro que esta proposta foi elaborada de forma independente.

Declaro, não haver fatos impeditivos para participação no Pregão Eletrônico BDMG-23/2025, ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

Declaro, sob as penas da lei, que em nenhuma das dependências deste proponente ocorre trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da Lei.

Declaro ter ciência de que o BDMG não se vincula a um quantitativo mínimo de execução por item de serviço precificado e que serei remunerado apenas pelos itens de serviço que efetivamente prestar.

Autorizo a coleta e o tratamento, pelo BDMG, dos dados pessoais fornecidos neste instrumento e nos demais documentos entregues para participação nesta licitação, para as finalidades constantes do Edital BDMG-23/2025 e seus efeitos, conforme disposições da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do BDMG e da legislação aplicável.

8. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

<escrever n° de dias> (<escrever por extenso n° de dias>) dias corridos contados da data de apresentação deste instrumento de proposta ao BDMG

Observação: mínimo de 60 (sessenta) dias corridos.

9. DATA E ASSINATURA

<local>, <dia> de <mês> de 2025.

<escrever nome do representante legal que assina a proposta>

<escrever n° de CPF do representante legal que assina a proposta>

<local>, <dia> de <mês> de 2025.

<escrever nome do representante legal que assina a proposta>
<escrever n° de CPF do representante legal que assina a proposta>

2.4.2. Modelo de Proposta comercial final – licitante pessoa física não equiparada a jurídica:

PREGÃO ELETRÔNICO BDMG-23/2025				
1. NOME EMPRESARIAL: <nome da licitante>				
2. ENDEREÇO: <endereço completo>				
3. CNPJ: <nº do CNPJ>				
4. TELEFONE: <nº do telefone>		5. E-MAIL: <endereço de e-mail>		
6. OBJETO: Prestação dos serviços de análise de projetos de engenharia de saneamento básico, obedecidas as demais especificações contidas no Edital BDMG-23/2025 e em seus anexos.				
7. PREÇOS OFERTADOS:				
Serviços de Saneamento Básico	Quantidade máxima por ano (A)	Valor Unitário de remuneração ofertado por item de serviço (B)	Valor Unitário da Contribuição Previdenciária Patronal por item de serviço (C)	Valor total por serviço [A x (B+C)]
Abastecimento de água e resíduos sólidos urbanos – Complexidade I	190	<preencher>	<preencher>	<preencher>
Abastecimento de água e resíduos sólidos urbanos – Complexidade II	100	<preencher>	<preencher>	<preencher>
Esgotamento sanitário – Complexidade I	200	<preencher>	<preencher>	<preencher>
Esgotamento sanitário – Complexidade II	100	<preencher>	<preencher>	<preencher>
Estudos e planos	155	<preencher>	<preencher>	<preencher>
Análise de planilha de elaboração de projeto de engenharia, estudos e planos	375	<preencher>	<preencher>	<preencher>
Aditivo	300	<preencher>	<preencher>	<preencher>
Valor máximo anual - $\sum (A \times B)$:				<preencher>

Valor máximo global – 5 x $\sum(A \times B)$:	<preencher>
VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO - 5 x $\sum(A \times B)$: <informar valor> (<informar valor por extenso>)	
7. DECLARAÇÕES: Declaro que conheço, aceito e serão atendidas todas as condições estabelecidas no Pregão Eletrônico BDMG-23/2025 e seus anexos. Declaro que o preço proposto engloba todos os custos, diretos e indiretos, e ônus decorrentes da prestação dos serviços, tais como tributos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e previdenciários, taxas, fretes, insumos, custos operacionais, ou outros necessários ao cumprimento integral do objeto do instrumento contratual ou ainda quaisquer outros que porventura possam recair o referido instrumento, não cabendo ao BDMG quaisquer custos adicionais. Declaro que esta proposta foi elaborada de forma independente. Declaro, não haver fatos impeditivos para participação no Pregão Eletrônico BDMG-23/2025, ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores. Declaro, sob as penas da lei, que em nenhuma das dependências deste proponente ocorre trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou qualquer trabalho por menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da Lei. Declaro ter ciência de que o BDMG não se vincula a um quantitativo mínimo de execução por item de serviço precificado e que serei remunerado apenas pelos itens de serviço que efetivamente prestar. Autorizo a coleta e o tratamento, pelo BDMG, dos dados pessoais fornecidos neste instrumento e nos demais documentos entregues para participação nesta licitação, para as finalidades constantes do Edital BDMG-23/2025 e seus efeitos, conforme disposições da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do BDMG e da legislação aplicável.	
8. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: <escrever n° de dias> (<escrever por extenso n° de dias>) dias corridos contados da data de apresentação deste instrumento de proposta ao BDMG Observação: mínimo de 60 (sessenta) dias corridos.	
9. DATA E ASSINATURA <local>, <dia> de <mês> de 2025.	

<escrever nome do representante legal que assina a proposta>
<escrever n° de CPF do representante legal que assina a proposta>

2.5. Para apresentação da proposta comercial adequada ao último valor ofertado para o Lote e apuração do valor unitário final a ser registrado para cada laudo, o licitante declarado preliminarmente vencedor aplicará desconto linear em todos os itens de serviços integrantes do Lote e indicará os valores unitários resultantes, cujo somatório corresponderá ao último valor ofertado.

2.5.1. Caso o licitante então mais bem classificado apresente proposta comercial adequada sem a observância da obrigação contida no item 2.5, o pregoeiro ajustará os preços unitários finais ao desconto linear devido, observado o último valor ofertado para o Lote, e, a bem do interesse público, negociará a alteração da proposta para a definição dos preços unitários finais que efetivamente correspondam ao resultado da aplicação da regra.

2.5.2. Caso o licitante então mais bem classificado não aceite adequar a proposta comercial apresentada à obrigação do desconto linear, mesmo após tentativa de negociação pelo pregoeiro, ele será desclassificado e será convocado o próximo licitante constante da classificação das propostas.

2.5.3. Na elaboração de suas propostas os licitantes considerarão que os valores a serem ofertados, resultantes da aplicação do desconto linear, serão truncados na segunda casa decimal, conforme a Lei Federal 9.069/1995, art. 1º, §5º.

2.6. Caso não conste detalhado no instrumento de proposta, assumir-se-á ofertado o prazo de 60 (sessenta) dias para a validade da proposta, contados da apresentação do instrumento de proposta ao BDMG.

2.7. O instrumento impresso da proposta assinada por procurador será enviado acompanhado do original ou cópia autenticada do instrumento de procuração devidamente assinado, observadas as seguintes condições:

2.7.1. A procuração apresentada será por instrumento público ou particular, com firma reconhecida em cartório, na qual o licitante, na pessoa de seu(s) competente(s) representante(s) legal(is), outorgue expressos poderes para atuar no âmbito do pregão e praticar todos os atos pertinentes ao certame em nome do licitante.

2.7.2. No caso de licitante pessoa jurídica, a procuração por instrumento particular será entregue acompanhada do respectivo contrato ou estatuto social, consolidado ou acompanhado das alterações em vigor, e ainda, no caso de ser a procuração outorgada por representante(s) legal(is) eleito(s) em ato apartado, cópia autenticada da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição do(s) outorgante(s).

2.7.3. No caso de substabelecimento, será apresentado junto ao instrumento próprio cópia autenticada da procuração concedida pelo licitante ao substabelecimento e o substabelecimento terá a(s) firma(s) do(s) outorgante(s) reconhecida(s) em cartório.

2.7.3.1. Não se admitirá substabelecimento caso proibido no instrumento de procuração, ressalvada a hipótese de ratificação expressa do próprio licitante, que retroagirá à data do ato.

2.8. Alternativamente, o instrumento de proposta comercial readequada ao último valor ofertado poderá ser apresentado em via digital assinada mediante certificação digital, desde que comprovada pelo Pregoeiro a autenticidade da(s) firma(s) eletrônica(s) e desde que, conforme o caso, a autenticidade e validade da documentação a que se refere o item 2.7 *supra* e respectivos subitens seja também aferida mediante consulta aos respectivos sítios da internet.

ANEXO IV – MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S/A. - BDMG E <NOME DA CONTRATADA>

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S/A. - BDMG, CNPJ nº 38.486.817/0001-94, com sede em Belo Horizonte/MG, na Rua da Bahia, nº 1600 – Bairro de Lourdes, CEP: 30.160-907, a seguir denominado **BDMG**, e <NOME EMPRESARIAL DA **CONTRATADA**>, CNPJ nº <Nº DO CNPJ>, estabelecida em <ENDEREÇO COMPLETO>, a seguir denominada **CONTRATADA**, resolvem, por seus representantes legais ao final assinados, celebrar o presente contrato, objeto da licitação **EDITAL BDMG-23/2025**, homologada pela autoridade competente do **BDMG** em <DATA DA HOMOLOGAÇÃO>, conforme publicado no "Minas Gerais" de <DATA DE PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO>, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA 1 - REGÊNCIA NORMATIVA

1.1. Aplicam-se ao presente contrato a Lei Federal nº 13.303/2016; Lei Estadual nº 13.994/2001; Decreto Estadual nº 45.902/2012; Decreto Estadual nº 47.154/2017; o Regulamento de Licitações e Contratos do BDMG, os normativos e legislação específicos e a legislação supletiva, no que couber.

1.2. Aplicam-se também a esta contratação, independentemente de anexação ou transcrição, o **EDITAL BDMG-23/2025**, com todos os seus anexos, a ata da sessão pública e a proposta da **CONTRATADA**, datada de XX de XXXXXX de 20XX.

CLÁUSULA 2 - OBJETO

2.1. A **CONTRATADA** prestará os serviços de análise dos projetos de engenharia de saneamento básico descritos abaixo, consideradas as quantidades máximas anuais.

Projetos de engenharia de saneamento básico	Quantidades máximas anuais		
	Complexidade I (A)	Complexidade II (B)	Total (A + B)
Abastecimento de água e resíduos sólidos urbanos	190	100	290
Esgotamento sanitário	200	100	300
Estudos e planos	155	-	155
Análise de planilha de elaboração de projeto de engenharia, estudos e planos	375	-	375
Aditivo	300	-	300

2.1.1. O **BDMG** poderá solicitar à **CONTRATADA** os serviços constantes no quadro acima, conforme sua necessidade, limitando-se às quantidades máximas anuais estimadas para cada ano de vigência deste contrato.

2.1.1.1. O BDMG não se vincula à realização de um quantitativo mínimo de demanda por item de serviço.

2.1.2. A cada ano de vigência, as quantidades máximas anuais serão renovadas, restabelecidas ao originalmente previsto ou às quantidades alteradas por aditivo, se for o caso.

2.1.3. O presente contrato se dá na modalidade de prestação de serviços sob demanda, sendo as quantidades máximas anuais a estimativa da necessidade do **BDMG**, cabendo à **CONTRATADA** a remuneração apenas pelos serviços efetivamente entregues.

2.2. A complexidade dos serviços descritos no item acima é definida conforme se segue:

Projetos de engenharia de saneamento básico	Complexidade	Fator
Estudos e planos	I	Todos
Análise de planilha de elaboração de projeto de engenharia, estudos e planos	I	Todos
Esgotamento sanitário Abastecimento de água e resíduos sólidos urbanos	I	Até R\$ 10,0 milhões
	II	Acima de R\$ 10,0 milhões
Aditivos aos contratos referentes a estes tipos de projetos	I	Todos

2.3. A CONTRATADA prestará os serviços de acordo com o Anexo 1.01 - Manual de análise de projetos de engenharia BDMG 2024 – Lote Saneamento, e, ao fim da análise, entregará um relatório conclusivo que conterá os seguintes requisitos mínimos obrigatórios, obedecidos os modelos constantes neste mesmo anexo, conforme tipo de projeto analisado.

- a) a plena funcionalidade da obra a ser financiada, comprovada tecnicamente;
- b) adequação dos seus custos aos parâmetros de mercado;
- c) o valor total orçado está adequado e é suficiente para sua execução;
- d) o prazo previsto da obra é coerente com seu porte e complexidade;
- e) indicadores de impacto.

2.4. A análise contemplará, no mínimo, os seguintes aspectos:

2.4.1. Avaliação da viabilidade técnica:

2.4.1.1. Verificar a conformidade e a viabilidade dos projetos a serem financiados, de acordo com cada estágio de execução, avaliando se estão sendo atendidas todas as condições para sua perfeita funcionalidade, de acordo com os critérios definidos pelo **BDMG**.

2.4.2. Análise do custo da obra

2.4.2.1. Analisar o custo da obra, com base nas planilhas, nos projetos e no memorial descritivo apresentado pelo município, utilizando-se de parâmetros de mercado, tanto em termos quantitativos como em termos de valores.

2.4.2.2. As referências utilizadas são, dentre outras, desde que justificadas pela contratada, tabelas SETOP, DER, SUDECAP, SINAPI, DNIT, COPASA etc., de acordo com a finalidade do projeto apresentado.

2.4.2.3. A análise será feita por meio Sistema-de-planilha-**BDMG**-SPB (constante do Anexo 1.01 - Manual de análise de projetos de engenharia BDMG 2024 – Lote Saneamento) para o qual a **CONTRATADA** receberá treinamento específico, de responsabilidade do **BDMG**, para seu uso adequado.

2.4.2.4. O treinamento citado acima será realizado em até 15 dias úteis da assinatura do contrato, por meio de canal contínuo disponibilizado pelo **BDMG** para esclarecer eventuais dúvidas e com convocação para novos treinamentos de atualização quando necessário, a critério do **BDMG**.

2.4.3. Análise de documentação técnica

2.4.3.1. Verificar toda documentação técnica e legal necessária para aprovação do projeto (ARTs, normas da ABNT e/ou outros órgãos e entidades pertinentes ao tipo de projeto, adequação à legislação ambiental, aderência a planos municipais de saneamento básico, entre outros), além dos documentos descritos nos check-lists de cada tipo de projeto conforme previsto no Anexo 1.01 - Manual de análise de projetos de engenharia BDMG 2024 – Lote Saneamento.

2.5. A **CONTRATADA** verificará os indicadores de impacto informados pelo cliente, para cada tipo de projeto, conforme quadro abaixo:

Descrição	Indicadores de impacto
- Plano municipal de saneamento básico - Plano municipal e/ou intermunicipal de gestão de resíduos sólidos urbanos- - Plano de recuperação de área degradada- - Planilha de elaboração de projetos de engenharia	- População diretamente beneficiada (un)
- Esgotamento sanitário	- Ligações de esgoto (un) - População diretamente beneficiada (un) - Volume de esgoto tratado (m³/ano)
- Resíduos sólidos - Aterro sanitário - Unidade de triagem e compostagem	- População diretamente beneficiada (un) - Quantidade de resíduo tratado (T) - Quantidade operada de resíduo (T)

2.6. A **CONTRATADA** deverá registrar outras informações ou detalhes técnicos entendidos por ela relevantes para avaliação do projeto.

2.7. A **CONTRATADA** observará, na execução dos serviços, os critérios definidos pelo **BDMG** no Anexo 1.01 - Manual de análise de projetos de engenharia BDMG 2024 – Lote Saneamento, atendendo, para cada tipo de projeto, os requisitos definidos para análise, com seus respectivos requisitos e prazos, também consideradas as regras contratuais.

2.8. Havendo desconformidade entre o Anexo 1.01 - Manual de análise de projetos de engenharia BDMG 2024 – Lote Saneamento e o contrato celebrado entre **BDMG** e **CONTRATADA**, prevalecerá este último.

2.9. A **CONTRATADA** atuará com transparência e comunicará ao BDMG qualquer situação de conflito de interesse, ficando impedida de prestar serviços no âmbito do Programa de Saneamento do Paraopeba, seja para os municípios ou para outras entidades, durante a vigência do presente contrato, e devendo impedir a coincidência de responsabilidade técnica da empresa ou do profissional que respondem tecnicamente pela elaboração e pela análise de um mesmo projeto.

2.9.1. O BDMG recusará a entrega de serviços em que se configure situação de conflito de interesse descrita acima, podendo rescindir o contrato por responsabilidade da **CONTRATADA** em caso de descumprimento do impedimento descrito no item acima.

CLÁUSULA 3 - FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. A **CONTRATADA** comparecerá a uma reunião de alinhamento com a equipe do **BDMG** em até 10 dias corridos da assinatura do contrato para receber orientações sobre o serviço e esclarecimentos sobre as disposições do Anexo 1.01 - Manual de análise de projetos de engenharia BDMG 2024 – Lote Saneamento.

3.1.1. A data e horário exatos serão informados na assinatura do contrato, podendo, a critério do **BDMG**, ser a reunião realizada virtualmente.

3.1.2. Nesta data será informada a data para treinamento para utilização da plataforma **BDMG**, bem como da planilha SPB.

3.2. Durante a vigência deste contrato, a **CONTRATADA** cumprirá as exigências referente à equipe mínima indicada no item 1.4 do Anexo II do Edital BDMG-23/2025.

3.3. Para a execução dos serviços, o **BDMG**, a seu critério e de acordo com sua necessidade, emitirá e encaminhará, à **CONTRATADA**, por mensagem eletrônica (e-mail), a especificação da Ordem de Serviço (OS) a ser executada.

3.3.1. A OS será emitida por representante do **BDMG** e enviada à **CONTRATADA**, indicando o serviço a ser prestado e o prazo para conclusão, e podendo trazer outras informações pertinentes a cada caso.

3.4. O prestador de serviço terá acesso aos documentos necessários para análise via plataforma **BDMG**.

3.4.1. A **CONTRATADA**, mediante orientação e treinamento adequado pelo **BDMG**, fará cadastro na plataforma **BDMG**, o qual será utilizado para a prestação dos serviços.

3.4.2. Cabe à **CONTRATADA** manter funcionais e atualizados os endereços de e-mail fornecidos para contato, não havendo qualquer responsabilização do **BDMG** caso a **CONTRATADA**, por este motivo, não receba a convocação para prestação de serviço.

3.5. O **BDMG** disponibilizará a documentação completa para a execução dos serviços pela **CONTRATADA** junto à OS.

3.6. O prazo para execução dos serviços se iniciará no primeiro dia útil após o envio da OS pelo **BDMG** à **CONTRATADA** e terá como data final aquela estabelecida pelo **BDMG** na OS.

3.7. Os projetos de engenharia de saneamento básico poderão ser disponibilizados de forma única (Projeto Completo) ou em entregas separadas de documentos (Estudo de Concepção, Projeto Básico e Projeto Executivo).

3.7.1. Em caso de entregas separadas, a **CONTRATADA** realizará 3 análises distintas, com prazo de 5 dias úteis para cada uma delas.

3.7.2. O prazo de execução da OS referente às entregas parceladas abrangerá o prazo necessário para a execução conforme subitem acima.

3.7.3. O prazo devido para conclusão da análise e entrega do relatório técnico poderá ser prorrogado mediante solicitação da **CONTRATADA**, devidamente comprovada e desde que aceita pelo **BDMG**.

3.7.4. Caso seja aprovada pelo **BDMG**, a OS será prorrogada por igual período, mediante aditivo.

3.8. Nas situações em que a **CONTRATADA** verifique que são necessárias informações adicionais referentes ao projeto que está em análise, ela deverá, motivadamente, solicitar tais informações ao **BDMG**, preferencialmente por meio da plataforma, cabendo ao **BDMG** solicitar ao Município a devida complementação.

3.8.1. Neste caso, e caso o **BDMG** entenda pela necessidade da complementação, o prazo de execução para prestação dos serviços será integralmente devolvido para a elaboração do relatório de análise, sendo a OS prorrogada por prazo igual ao inicialmente contratado a partir do primeiro dia útil após o encaminhamento das informações demandadas.

3.8.2. Caso o **BDMG** entenda que as informações solicitadas não são necessárias ao serviço a ser prestado, o prazo de execução dos serviços será suspenso pelo período de avaliação do **BDMG** e será retomado pelo prazo restante a partir o primeiro dia útil após o encaminhamento da negativa do **BDMG**, devidamente motivada, quanto ao envio das informações demandadas.

3.8.2.1. Neste caso, o prazo de execução da OS será prorrogado pelo período em que a execução dos serviços esteve suspensa.

3.8.3. Caso o **BDMG** não encaminhe as informações solicitadas ou não se manifeste quanto à negativa do envio no prazo de 30 dias corridos, a contar do envio de solicitação das informações pela plataforma **BDMG** Digital contendo a solicitação das informações pela **CONTRATADA**, esta realizará os serviços demandados, com todas as considerações pertinentes, inclusive com a emissão do relatório referente à análise do projeto de engenharia solicitado, ainda que dele conste a ausência das informações não apresentadas.

3.8.3.1. No caso acima, o prazo de execução para prestação dos serviços será integralmente devolvido para a elaboração do relatório de análise, sendo a OS prorrogada por prazo igual ao inicialmente previsto a partir do primeiro dia útil após o último dia do prazo de 30 dias corridos acima mencionado.

3.8.3.2. No caso acima, os serviços serão recebidos como efetivamente concluídos desde que os impactos negativos na emissão do relatório se restrinjam às informações solicitadas e não entregues.

3.9. A **CONTRATADA** encaminhará, até o último dia do prazo de execução dos serviços o respectivo relatório de análise e seus anexos, se houver, em conformidade com o disposto na OS.

3.9.1. O relatório de análise será disponibilizado na plataforma **BDMG**, devidamente assinado digitalmente.

3.9.2. O relatório de análise recebido será analisado pela equipe técnica do **BDMG** em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de disponibilização no sistema.

3.9.2.1. Caso sejam identificadas não conformidades, o **BDMG** comunicará a **CONTRATADA** pela plataforma para providenciar correções e reencaminhar o relatório de análise em até 2 (dois) dias úteis.

3.9.2.2. A reapresentação do relatório de análise com não conformidade ensejará reavaliação do **BDMG**.

3.9.2.3. Caso o **BDMG** não se manifeste no prazo de 5 dias úteis, o relatório de análise será considerado aprovado.

CLÁUSULA 4 - RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Unidade responsável pelo recebimento: Superintendência de Municípios – S.MU

4.2. O aceite dos serviços se dará conforme descrito no item 3.8 e subitens.

4.3. A **CONTRATADA** poderá emitir e encaminhar o devido documento fiscal somente após a aprovação do relatório de análise.

CLÁUSULA 5 - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1. O prazo de vigência deste contrato será de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

5.2. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, mediante termo aditivo, por interesse das partes e até o limite máximo de 10 (dez) anos.

5.3. As partes poderão optar pela extinção antecipada do presente contrato a cada 12 (doze) meses de vigência contratual, de forma unilateral e sem ônus, desde que notifiquem a outra parte com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta dias) do próximo aniversário do contrato.

5.3.1. Na hipótese de extinção antecipada, a vigência se encerrará na referida data de aniversário.

5.4. Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, nos termos da Lei Federal 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos do **BDMG**.

CLÁUSULA 6 - VALOR, REAJUSTE E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. O valor global máximo da presente contratação será de R\$XXXX,XX (extenso), correspondendo ao valor anual de R\$XXXX,XX (extenso) e conforme detalhamento dos itens de custo apresentados a seguir:

<SE A CONTRATADA FOR PESSOA JURÍDICA OU EQUIPARADA>

Serviços de Saneamento Básico	Quantidade por ano (A)	Valor Unitário (B)	Valor total por ano (A x B)
Abastecimento de água e resíduos sólidos urbanos – Complexidade I	190	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX
Abastecimento de água e resíduos sólidos urbanos – Complexidade II	100	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX
Esgotamento sanitário – Complexidade I	200	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX
Esgotamento sanitário – Complexidade II	100	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX
Estudos e planos	155	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX
Análise de planilha de elaboração de projeto de engenharia, estudos e planos	375	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX
Aditivo	300	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX
Valor máximo anual - $\sum (A \times B)$:			R\$XXXX,XX
Valor máximo global - $5 \times \sum (A \times B)$:			R\$XXXX,XX

<SE A CONTRATADA FOR PESSOA FÍSICA NÃO EQUIPARADA A JURÍDICA>

Serviços de Saneamento Básico	Quantidade por ano (A)	Valor Unitário de remuneração por item de serviço (B)	Valor Unitário da Contribuição Previdenciária Patronal (C)	Valor total anual por item [A x (B + C)]
Abastecimento de água e resíduos sólidos urbanos – Complexidade I	190	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX
Abastecimento de água e resíduos sólidos urbanos – Complexidade II	100	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX
Esgotamento sanitário – Complexidade I	200	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX
Esgotamento sanitário – Complexidade II	100	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX
Estudos e planos	155	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX
Análise de planilha de elaboração de projeto de engenharia, estudos e planos	375	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX
Aditivo	300	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX	R\$XXXX,XX
Valor máximo anual - $\sum (A \times B)$:				R\$XXXX,XX
Valor máximo global - $5 \times \sum (A \times B)$:				R\$XXXX,XX

6.1.1. Os valores totais a que se refere o item 6.1 abarcam o referente à contribuição previdenciária patronal advinda da contratação da **CONTRATADA**, cabendo à **CONTRATADA**, como remuneração pelos serviços efetivamente realizados nos termos deste contrato, unicamente os valores expressos na coluna VALOR UNITÁRIO DE REMUNERAÇÃO POR ITEM DE SERVIÇO da tabela acima.

6.1.1.1. O valor relativo à Contribuição Previdenciária Patronal será recolhido pelo **BDMG** e compõe o valor global final apenas para o provisionamento dos recursos referentes, sendo repassado à **CONTRATADA** unicamente os valores aqui determinados para remuneração pelos serviços efetivamente prestados.

6.2. Os recursos para esta contratação encontram-se na conta orçamentária 8176300092 – Consultoria técnica para o exercício de 2026 e nas contas correspondentes para os exercícios subsequentes.

6.3. Decorridos 12 (doze) meses da data da proposta da **CONTRATADA** ou do último reajuste ocorrido, os preços pactuados serão reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

6.4. O índice a ser aplicado corresponderá à variação acumulada dos índices efetivamente publicados nos últimos 12 (doze) meses anteriores à exigibilidade do reajuste, passando o(s) valores reajustados a serem exigíveis a partir do primeiro dia do período mensal seguinte àquele em que se der o 12º mês, observada a regra acima.

6.5. Somente será devido reajuste para as parcelas que ainda não tenham sido quitadas até a data de exigibilidade do reajuste.

CLÁUSULA 7 - PAGAMENTO

7.1. BDMG realizará o pagamento mensalmente em até 05 dias úteis da apresentação do documento fiscal, referente às OS executadas no período, mediante crédito em conta corrente de titularidade da **CONTRATADA**, pagamento de boleto ou outra forma legalmente admitida.

7.1.1. Serão remunerados somente os serviços efetivamente prestados.

7.2. O documento fiscal deverá ser entregue ao **BDMG** pela **CONTRATADA**, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento definitivo correspondente, ou da sua presunção, devendo a entrega ser realizada até o dia 24 (vinte e quatro) do mês da emissão do respectivo documento fiscal, ou anteriormente ao antepenúltimo dia útil, quando a data de pagamento for no mês subsequente à sua emissão.

7.3. Caso os prazos para entrega do documento fiscal não sejam observados, o **BDMG** poderá exigir a sua troca.

7.4. Não será efetuado pagamento contra a apresentação de documento sem valor fiscal, a não ser que a **CONTRATADA** esteja desobrigada de apresentá-lo, condição que deverá comprovar, mediante indicação da legislação específica, quando da assinatura do contrato.

7.5. O documento fiscal deverá ser emitido em nome do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG, CNPJ nº 38.486.817/0001-94, e nele deverão constar os dados do instrumento contratual firmado bem como os dados do banco, agência e conta corrente da **CONTRATADA** para a efetivação do pagamento, se esta for a opção.

7.6. O eventual atraso na entrega do documento fiscal acarretará correspondente e proporcional atraso no pagamento, sem qualquer penalização ou atualização monetária.

7.7. Caso seja constatada qualquer irregularidade no documento fiscal emitido pela **CONTRATADA**, aquele será devolvido para correção, sendo restabelecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para pagamento, a contar do recebimento pelo **BDMG** do documento corrigido.

7.8. Estarão incluídos no valor contratado todos os custos, diretos e indiretos, e ônus decorrentes do fornecimento, tais como tributos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos, inclusive trabalhistas, taxas, fretes, insumos e custos operacionais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução do contrato, e correrão por conta da contratada, não cabendo ao **BDMG** quaisquer custos adicionais.

7.9. A **CONTRATADA** é responsável por todos os tributos e contribuições federais, estaduais e municipais devidos em decorrência do objeto contratado, inclusive aqueles retidos pelo **BDMG** na forma da lei, devendo destacar as retenções tributárias devidas no documento fiscal apresentado ou entregar documentação comprobatória que comprove a necessidade de não retenção de certo(s) tributo(s).

7.10. Ocorrendo atraso injustificado de pagamento por parte do **BDMG**, o valor será atualizado financeiramente pela aplicação do índice utilizado para cálculo do rendimento da poupança no mês anterior à data prevista para pagamento, proporcional aos dias em atraso.

7.11. Em nenhuma hipótese ocorrerá a antecipação do pagamento para viabilizar o cumprimento do objeto contratado.

7.12. Na hipótese de o dia de pagamento cair em feriado bancário, considerar-se-á prorrogado o prazo até o dia útil seguinte (art. 132, § 1º – C.C.).

CLÁUSULA 8 - ENCARGOS DAS PARTES

8.1. São obrigações do **BDMG**:

- a) prestar à **CONTRATADA** esclarecimentos e informações sobre desajustes ou problemas detectados na execução do contrato, exigindo que sejam tomadas todas as providências necessárias ao seu bom andamento;
- b) zelar pela adequada execução do contrato, em especial quanto ao acompanhamento e fiscalização do serviço, à exigência de condições estabelecidas e à aplicação de sanções;
- c) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela **CONTRATADA** fora das especificações fixadas no contrato;
- d) efetuar o pagamento de acordo com as condições contratadas;

8.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) realizar o objeto contratado conforme todos as condições fixadas nos termos acordados no instrumento contratual;
- b) reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução e/ou de materiais empregados;
- c) responsabilizar-se exclusivamente por todas as obrigações trabalhistas, encargos sociais e previdenciários e despesas relativas aos seus profissionais, empregados ou colaboradores, vez que não será estabelecido qualquer vínculo empregatício ou de responsabilidade entre eles, alocados ou não para a execução do contrato, e o **BDMG**;
- d) assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por qualquer dano ou prejuízo causado ao **BDMG** ou a terceiros, independentemente de sua culpa ou dolo, incluídos preposto, empregados ou colaboradores alocados à execução do objeto contratual, não reduzindo ou excluindo esta responsabilidade a fiscalização feita pelo **BDMG**;
- e) não utilizar qualquer nome, marca, logotipo, símbolo ou imagem de propriedade do **BDMG**, nem mesmo fazer qualquer menção ao nome ou imagem do **BDMG**, inclusive para fins de publicidade própria, sem prévia e expressa autorização do **BDMG**;
- f) manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições e documentações exigidas para a contratação;
- g) aceitar, por parte do **BDMG**, em todos os aspectos, a fiscalização da execução do contrato;
- h) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **BDMG**, bem como dar ciência a este, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar;
- i) comunicar imediatamente ao **BDMG** qualquer alteração ocorrida na conta bancária, endereço físico e eletrônico bem como quaisquer outras informações necessárias para recebimento de correspondências, físicas ou eletrônicas, ou efetividade do pagamento e da comunicação com o **BDMG**;
- j) seguir as disposições do Código de Ética do **BDMG**, que se encontra disponível no site deste banco de desenvolvimento.

CLÁUSULA 9 - TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

9.1. Para efeitos do Contrato, o tratamento e proteção de dados pessoais dar-se-ão em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/18 – LGPD. As definições relacionadas aos dados

pessoais doravante mencionadas deverão ser expressamente referidas e interpretadas de acordo com a citada Lei.

9.2. A contar da assinatura do Contrato e até o seu término, o **BDMG** indica a **CONTRATADA**, que aceita, sua indicação, como operador, nos termos do art. 5.º, inciso VII da LGPD, para os fins de tratamento dos dados pessoais estritamente necessários para garantir a execução do Contrato.

9.3. A **CONTRATADA** executará o contrato em conformidade com as obrigações impostas pela lei mencionada aos operadores de dados pessoais, em especial tomando todas as medidas de segurança relacionadas no art. 6.º, inciso VII e art. 46 da LGPD.

9.4. A **CONTRATADA** não envolverá qualquer outro operador sem a autorização prévia e escrita do **BDMG**.

9.5. A **CONTRATADA** manterá e colocará à disposição do **BDMG** registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem em benefício do **BDMG**, em conformidade com art. 37 da LGPD.

9.6. A **CONTRATADA** garantirá aos titulares de dados disponibilizados pelo **BDMG**, quando coletados durante a execução do Contrato, o exercício dos direitos estabelecidos nos artigos 17 a 21 da LGPD, sem prejuízo da garantia de outros direitos estabelecidos em outra legislação aplicável.

9.7. A **CONTRATADA** notificará o **BDMG**, em até 24 (vinte e quatro) horas contadas do evento, acerca de qualquer incidente de dados, incluindo vazamento ou comprometimento de dados pessoais relacionadas com o Contrato, inclusive violação acidental ou culposa. A notificação deverá obrigatoriamente conter, no mínimo, a descrição da natureza da violação, o número aproximado de titulares dos dados em questão, o nome e detalhes de contato do encarregado pelo tratamento de dados pessoais, a descrição das prováveis consequências da violação e a descrição das medidas adotadas ou a serem tomadas para mitigar possíveis efeitos adversos.

9.8. A **CONTRATADA** indenizará ao **BDMG** quaisquer danos, prejuízos e lucros cessantes, incluindo quaisquer custas judiciais, administrativas e honorários advocatícios, decorrentes do descumprimento das cláusulas de proteção de dados pessoais do Contrato ou do descumprimento legal de obrigações de proteção de dados, ocasionado por ação ou omissão por parte da **CONTRATADA**, ou por terceiro por ela contratado.

CLÁUSULA 10 - CONFIDENCIALIDADE

10.1. A **CONTRATADA** manterá o mais absoluto sigilo sobre as operações, dados, materiais, pormenores, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações e aperfeiçoamentos tecnológicos ou comerciais, contidos em quaisquer documentos e/ou mídias, inclusive programas, rotinas ou arquivos, do **BDMG**, de seus clientes, empregados ou de terceiros, especialmente as informações cobertas pelo sigilo bancário, que lhe sejam, voluntária ou involuntariamente, reveladas, fornecidas, comunicadas, adquiridas (seja verbalmente ou por escrito, em forma eletrônica, textos desenhos, fotografias, gráficos, projetos, plantas ou qualquer outra forma), independentemente da classificação de sigilo conferida pelo **BDMG** a tais documentos, devendo abster-se de copiar, reproduzir, vender, ceder, licenciar, comercializar, transferir ou de outra forma alienar, divulgar, revelar, reproduzir, disponibilizar tais informações a terceiros ou utilizá-las para quaisquer fins não atinentes ao objeto do contrato.

10.2. A **CONTRATADA** deverá, na hipótese de término ou rescisão deste contrato ou ainda mediante solicitação do **BDMG**, observado, nesse último caso, o prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento, devolver todo o material (ainda que em mídias), bem como suas

respectivas cópias, que, sob qualquer forma, estejam em seu poder ou de qualquer integrante da equipe de trabalho. Deverá, ainda, nas mesmas hipóteses, apagar e ou destruir as informações de quaisquer bancos de dados, sejam físicos ou virtuais.

10.3. Ficam ressalvadas, desde que mantida a confidencialidade, a devolução de cópias das informações e documentos que:

- a) em obediência à legislação vigente ou às normas regulamentares aplicáveis devam ser mantidos pela **CONTRATADA**;
- b) tenham sido utilizados para comprovação de que os serviços prestados pela **CONTRATADA** ao **BDMG** atendem aos requisitos do contrato e às normas e leis aplicáveis.

10.4. Todas as informações recebidas pela **CONTRATADA** para execução da prestação do objeto contratual, inclusive aquelas cobertas por confidencialidade nos termos desta cláusula, poderão ser disponibilizadas aos representantes legais e profissionais integrantes de sua equipe de trabalho alocada aos serviços do **BDMG**, direta ou indiretamente, cabendo também a estes os mesmos compromissos de sigilo assumidos pela **CONTRATADA**.

10.5. A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á, para todos os fins e efeitos, por tais representantes legais e profissionais quanto às obrigações de sigilo assumidas.

10.6. A **CONTRATADA** deverá indenizar, defender e assegurar ao **BDMG**, quaisquer perdas, danos, custos, despesas, responsabilidades, ações, reclamações e procedimentos decorrentes, direta ou indiretamente, do descumprimento das obrigações de sigilo, inclusive sigilo bancário, sem prejuízo das medidas liminares ou cautelares cabíveis em relação ao seu descumprimento efetivo ou potencial.

10.7. As obrigações de sigilo subsistirão ao término do contrato ou em caso de rescisão.

10.8. O dever de sigilo estabelecido nos subitens acima não será aplicável a quaisquer informações que pertençam ao domínio público anteriormente ao seu recebimento pela **CONTRATADA**; ou posteriormente ao seu recebimento pela **CONTRATADA**, desde que não tenham recebido tal qualidade em decorrência de violação das obrigações de sigilo; ou, ainda, caso sejam reveladas pela **CONTRATADA**, por força de lei ou por ordem de autoridade competente.

CLÁUSULA 11 - CESSÃO DOS DIREITOS PATRIMONIAIS DO AUTOR

11.1. Os direitos patrimoniais relativos à propriedade intelectual de produtos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos pela **CONTRATADA** no âmbito da contratação, e entregues ao **BDMG**, passam a ser de propriedade do **BDMG**, sem prejuízo da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

CLÁUSULA 12 - POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

12.1. A **CONTRATADA** declara e garante que:

- a) se obriga, sob as penas previstas no contrato e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, especialmente à legislação brasileira anticorrupção;
- b) não está envolvida ou irá se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, partes relacionadas, durante o cumprimento das obrigações previstas no contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração ao termo da lei anticorrupção.

c) notificará prontamente ao **BDMG** sobre qualquer investigação ou procedimento instaurados por autoridade governamental envolvendo seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, direta ou indiretamente em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção, relacionados ao contrato advindo da licitação.

d) direta ou indiretamente, não ofereceu, prometeu, pagou ou autorizou o pagamento em dinheiro, deu ou concordou em dar presentes ou qualquer objeto de valor e, durante a vigência do contrato, não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar o pagamento em dinheiro, dar ou concordar em dar presentes ou qualquer objeto de valor a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar ilicitamente ao **BDMG** e/ou seus negócios.

e) direta ou indiretamente, não irá receber, transferir, manter, usar ou esconder recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como não irá contratar como empregado ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção e de lavagem de dinheiro.

f) se obriga a notificar prontamente, por escrito, ao **BDMG** a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta cláusula.

12.2. O não cumprimento pela **CONTRATADA** das leis anticorrupção, bem como do conteúdo desta cláusula, será considerado uma infração grave e conferirá ao **BDMG** o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o contrato sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a **CONTRATADA** responsável por eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA 13 - DA PREVENÇÃO AOS CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

13.1. A **CONTRATADA** declara ter pleno conhecimento da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo do Contratante, fundamentada na Circular do Banco Central do Brasil de n. 3.978, de 23 de janeiro de 2020, a qual dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil visando à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, da Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, e da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, comprometendo-se a observar os comandos desses normativos, bem como de toda a legislação pertinente ao tema.

13.2. A **CONTRATADA** declara que não praticou nenhum dos ilícitos previstos na legislação que regulamenta a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, ou estão sob investigação em relação a eventual cometimento de infrações previstas na mencionada legislação.

13.3. As declarações realizadas pela **CONTRATADA** nesta cláusula também abrangem seus administradores, empregados, prepostos e terceiros a ela relacionados, responsabilizando-se todos pela fiel observância dos dispositivos legais em questão.

13.4. A **CONTRATADA** se obriga a notificar prontamente, por escrito, ao **BDMG** a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas normas pertinentes às Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta cláusula.

13.5. O não cumprimento pela **CONTRATADA** das normas pertinentes às Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo será considerado uma infração grave ao contrato e conferirá ao **BDMG** o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o

contrato, sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a **CONTRATADA** responsável por eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA 14 - FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

14.1. Caberá ao/a Superintendente da Superintendência de Municípios executar a gestão do contrato e ao empregado, especificamente designado, exercer a função de fiscal do contrato, visando à observância do fiel cumprimento das exigências contratuais.

14.2. O Fiscal do Contrato, além de outras obrigações constantes das normas pertinentes e deste contrato, deverá manter anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou problemas observados, bem como provocar alterações contratuais, caso sejam necessárias e atestar a plena execução do contrato.

14.3. A gestão, acompanhamento e fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

14.4. A **CONTRATADA** entregará, em até 05 (cinco) dias úteis após a data de assinatura deste instrumento contratual, carta de preposição, devidamente assinada também pelo preposto qualificado e nomeado, declarando expressamente que a pessoa indicada estará designada para, em seu nome:

a) participar de reuniões e assinar as respectivas atas, vinculando a **CONTRATADA** às decisões e determinações nelas consignadas;

b) receber, mediante correspondência eletrônica, correios ou qualquer outro meio de comunicação, solicitações, instruções e notificações, estas:

i. de descumprimento de cláusula contratual;

ii. de aplicação de penalidade;

iii. de rescisão;

iv. de convocação;

v. referentes a tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais; e

vi. quaisquer outras que lhe imponham ou não prazo de resposta, inclusive os relacionados a processo administrativo instaurado pelo **BDMG**.

c) representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica da nomeação, qual seja a ampla gestão da contratação, no que couber à **CONTRATADA**.

14.5. Até a data de assinatura deste instrumento contratual, o **BDMG** enviará à **CONTRATADA**, por e-mail, modelo de carta de preposição a qual abrangerá exclusivamente o exposto nesta cláusula.

14.6. A não apresentação da carta de constituição de preposto, devidamente preenchida e assinada, no prazo determinado para tanto, será considerado descumprimento de obrigação contratual, sujeitando a **CONTRATADA** às penalidades cabíveis.

14.7. Na qualificação do preposto, a **CONTRATADA** deverá informar número de telefone e e-mail, aptos para contato direto com aquele, além de documento de identificação civil válido e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas.

14.8. O preposto ficará responsável pela gestão dos aspectos administrativos, legais e técnicos do contrato pertinentes à **CONTRATADA**, e acompanhar de forma contínua e periódica a execução, relacionando-se diretamente com o Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA 15 - VEDAÇÕES

15.1. É vedado à **CONTRATADA**:

- a) caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira;
- b) transferir ou ceder a terceiros o objeto contratado, ainda que parcialmente.

15.2. Poderão excluir-se da hipótese da alínea b do subitem acima, a critério exclusivo do **BDMG**, os casos de fusão, cisão e incorporação da **CONTRATADA**, ainda que parciais, bem como as subcontratações expressamente permitidas neste contrato.

CLÁUSULA 16 - INADIMPLEMENTO

16.1. São considerados inadimplentes:

- a) a **CONTRATADA**, caso deixe de cumprir qualquer das cláusulas e condições estipuladas no contrato ou interrompa sua execução sem motivo justificado;
- b) o **BDMG** se, por motivos alheios à **CONTRATADA**, der causa à paralisação total do objeto contratado, obrigando-se ao pagamento proporcional dos trabalhos até então realizados, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior.

16.2. A tolerância das partes relativamente a qualquer atraso ou inadimplência não importará em alteração contratual ou novação, cabendo-lhes exercer seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA 17 - SANÇÕES CONTRATUAIS

17.1. A inexecução parcial ou total das condições contratuais pela **CONTRATADA** permitirá a aplicação das seguintes sanções pelo **BDMG**:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão do direito de licitar e contratar com o **BDMG** pelo prazo de até 2 (dois) anos.

17.2. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas b) e c) do subitem acima, o **BDMG** instaurará processo administrativo para apuração dos fatos, no qual serão garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório.

17.3. A **CONTRATADA** poderá apresentar defesa no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da ciência da instauração do processo que será direcionada para o contato eletrônico do preposto e, se houver, para outros contatos de uso rotineiro para as comunicações com o **BDMG**, ou, na impossibilidade técnica deste encaminhamento, por meio de publicação na Imprensa Oficial de Minas Gerais.

17.4. Poderá ser aplicada advertência nos casos em que os atos da **CONTRATADA** não causarem nenhum prejuízo ao **BDMG**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, limitando-se apenas aos casos de conduta que impeçam a plena execução do contrato.

17.5. A reincidência da sanção de advertência poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão.

17.6. Para aplicação da sanção de advertência não é devida a abertura de procedimento administrativo, sendo obrigatória a motivação do ato sancionador pelo gestor ou fiscal do contrato.

17.7. As sanções contratuais poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** em face de recusas, atrasos e incorreções no recebimento e prestação dos serviços, observadas as seguintes regras, além de outras dispostas neste contrato:

Alínea	Conduta	Ocorrência	Penalidade
A	Recusar-se, quando convocado, à prestação dos serviços, sem comprovação de justa causa.	1ª recusa	Advertência
		2ª recusa	Advertência
		3ª recusa	Multa, pela ocorrência, de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da OS.
		4ª recusa	Multa, pela ocorrência, de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor total da OS.
		5ª recusa	Multa, pela ocorrência, de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
		6ª recusa	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
B	Entregar, fora do prazo estipulado, os serviços solicitados, sem comprovação de justa causa para o atraso.	1º atraso	Advertência
		2º atraso	Multa de 0,25% (zero virgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor total do serviço da OS, limitado a igual prazo de execução da OS em atraso. Após este prazo, o instrumento será rescindido e aplicada a pena indicada para o 4º atraso, observada a condição do item 17.12
		3º atraso	Multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso sobre o valor total do serviço da OS, limitado a igual prazo de execução da OS em atraso. Após este prazo, o instrumento será rescindido e aplicada a pena indicada para o 4º atraso, observada a condição do item 17.12
		4º atraso	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente.
C	Descumprimentos das demais obrigações do contrato ou da OS não coincidentes com as ocorrências tipificadas nesta tabela e na tabela do item 17.8, observada a condição do item 17.12	1ª ocorrência	Advertência
		2ª ocorrência	Advertência
		3ª ocorrência	Multa de 0,25% (zero virgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor total da OS. Após este prazo, o instrumento será rescindido e aplicada a pena indicada para a 4ª ocorrência, observada a condição do item 17.12.
		4ª ocorrência	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12

17.8. Sem prejuízo das demais penalidades previstas neste contrato, relativamente às incorreções e inadequações apontadas pelo **BDMG** no relatório de análise serão graduadas em função de sua gravidade e da quantidade de vezes em que forem apontadas, conforme quadro a seguir:

Alínea	Conduta	Descrição da conduta	Grau	Ocorrência	Penalidade
A	Aceite em itens não financiáveis	Aceite em obras/objetos/itens não financiáveis, em desacordo com o regulamento da respectiva linha de financiamento	Alto	1ª	Advertência
				2ª	Multa, pela ocorrência, de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				3ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
B	Divergência de dados na titularidade de área	Documento apresentado não comprova a titularidade do município, certidão de registro da matrícula não identifica a localização do empreendimento de acordo com os desenhos ou não apresenta a comprovação da localização	Alto	1ª	Advertência
				2ª	Multa, pela ocorrência, de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				3ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
C	Falha na verificação de documentos legais	Regularização ambiental ou pareceres legais com divergência de dados (não identificação do empreendimento, localização, falta de assinatura, datas de validade expiradas)	Alto	1ª	Advertência
				2ª	Multa, pela ocorrência, de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				3ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
D	Erro na mensuração dos quantitativos do orçamento	Erro na mensuração de quantitativos mais expressivos nos desenhos incompatíveis com os quantitativos da planilha orçamentária que, individualmente ou somados, representem em 10% ou mais o valor total do orçamento	Alto	1ª	Advertência
				2ª	Multa, pela ocorrência, de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				3ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
E			Alto	1ª	Advertência

	Erro na análise dos valores do orçamento	Erro na análise dos valores dos itens do orçamento que, individualmente ou somados, representem em 10% ou mais o valor total do orçamento, haja vista que os valores unitários devem ter como parâmetros os valores unitários das planilhas públicas de referência		2ª	Multa, pela ocorrência, de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				3ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
F	Falha na verificação das cotações	Falta da apresentação de propostas de fornecedores referentes às cotações de itens com valores significativos que, individualmente ou somados, representem em 10% ou mais o valor total do orçamento	Alto	1ª	Advertência
				2ª	Multa, pela ocorrência, de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				3ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
G	Falta ou repetição de itens na composição do orçamento	Não identificação da falta de itens necessários ao empreendimento e que deveriam compor a planilha orçamentária ou a repetição de itens na planilha orçamentária	Médio	1ª	Advertência
				2ª	Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				3ª	Multa, pela ocorrência, de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				4ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
H	Incongruência na verificação entre planilhas	Incongruência de dados entre as planilhas de orçamento, cronograma, localização, memória de cálculo, BDI (valor total do orçamento não coincide com o valor total do cronograma, área total de pavimentação na planilha de localização não contempla a área total de pavimentação do orçamento, etc)	Médio	1ª	Advertência
				2ª	Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				3ª	Multa, pela ocorrência, de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				4ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
I			Médio	1ª	Advertência

	Incongruência de dados de responsabilidade técnica	Incongruência de dados nos documentos dos conselhos profissionais ou entre os mesmos documentos e os desenhos (responsável técnico que assina os desenhos não é o mesmo do documento do conselho regional)		2ª	Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				3ª	Multa, pela ocorrência, de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				4ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
J	Divergência de localização do empreendimento	Divergência na localização do empreendimento que consta nos desenhos e outras peças técnicas ou documentos legais, tais como regularização ambiental, documentos dos conselhos profissionais, etc.	Médio	1ª	Advertência
				2ª	Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				3ª	Multa, pela ocorrência, de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				4ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
K	Erro na mensuração dos quantitativos do orçamento	Erro na mensuração de quantitativos mais expressivos nos desenhos incompatíveis com os quantitativos da planilha orçamentária que, individualmente ou somados, representem entre 5% e 9% do valor total do orçamento	Médio	1ª	Advertência
				2ª	Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				3ª	Multa, pela ocorrência, de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				4ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
L	Erro na análise dos valores do orçamento	Erro na análise dos valores dos itens do orçamento que, individualmente ou somados, representem entre 5% e 9% do valor total do orçamento, haja vista que os valores unitários devem ter como parâmetros os valores unitários das planilhas públicas de referência		1ª	Advertência
				2ª	Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				3ª	Multa, pela ocorrência, de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				4ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
M	Falha na verificação das cotações	Falta da apresentação de propostas de		1ª	Advertência
				2ª	Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da OS.

		fornecedores referentes às cotações de itens com valores significativos que, individualmente ou somados, representem entre 5% e 9% do valor total do orçamento		3ª	Multa, pela ocorrência, de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				4ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
N	Incompletude ou incorreção no preenchimento do relatório	Incompletude ou incorreção no preenchimento do relatório de análise na entrega final do processo e que gere devolução à terceirizada (falta de assinatura, nome do município errado, nº do contrato errado etc.)	Baixo	1ª	Advertência
				2ª	Advertência
				3ª	Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				4ª	Multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				5ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
O	Erro no preenchimento do sistema digital	Erro na descrição da pendência ou na abertura de itens no sistema digital de municípios e que gere devolução à terceirizada para correção	Baixo	1ª	Advertência
				2ª	Advertência
				3ª	Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				4ª	Multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				5ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
P	Erro na mensuração dos quantitativos do orçamento	Erro na mensuração de quantitativos mais expressivos nos desenhos incompatíveis com os quantitativos da planilha orçamentária que, individualmente ou somados, representem entre 1% e 4% do valor total do orçamento	Baixo	1ª	Advertência
				2ª	Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				3ª	Multa, pela ocorrência, de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				4ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
				5ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e

					de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
Q	Erro na análise dos valores do orçamento	Erro na análise dos valores dos itens do orçamento que, individualmente ou somados, representem entre 1% e 4% do valor total do orçamento, haja vista que os valores unitários devem ter como parâmetros os valores unitários das planilhas públicas de referência	Baixo	1ª	Advertência
				2ª	Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				3ª	Multa, pela ocorrência, de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				4ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
				5ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
R	Falha na verificação das cotações	Falta da apresentação de propostas de fornecedores referentes às cotações de itens com valores significativos que, individualmente ou somados, representem entre 1% e 4% do valor total do orçamento	Baixo	1ª	Advertência
				2ª	Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				3ª	Multa, pela ocorrência, de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da OS.
				4ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12
				5ª	Suspensão de participar de processos licitatórios e contratação administrava do BDMG por 12 meses, contados da publicação da aplicação da sanção; e consequente rescisão do contrato e de OS eventualmente vigente, observada a condição do item 17.12

17.9. A aplicação das penalidades descritas nos itens 17.7 e 17.8 será devida somente após 45 (quarenta e cinco) dias corridos do treinamento a que se refere o item 2.4.2.3.

17.10. Caso fique evidenciado em processo administrativo que a **CONTRATADA** agiu com dolo ou visando fins ilícitos, a pena de suspensão prevista nas alíneas das tabelas dos itens acima passará a ser de 24 meses, contados da publicação.

17.11. Para efeito de aplicação das penalidades indicadas nas alíneas das tabelas dos itens acima, os registros de recusas, atrasos e incorreções serão cumulativos, independentemente do tipo da ocorrência anterior, pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da primeira ocorrência.

17.12. Fica estabelecida a multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor anual do contrato, aplicável à **CONTRATADA**, a critério do **BDMG** e após regular processo administrativo, caso a **CONTRATADA** dê causa à rescisão injustificada.

17.13. O valor das multas aplicadas à **CONTRATADA**, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento, devendo a **CONTRATADA** recolher a diferença no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção, se necessário.

17.14. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo **BDMG** à **CONTRATADA**, a título de multa, reveste-se das características de liquidez e certeza para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 783 do Código de Processo Civil.

17.15. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesse instrumento como de responsabilidade da **CONTRATADA** e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo **BDMG**.

17.16. O pagamento das multas previstas neste contrato não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao **BDMG**.

17.17. As sanções de multa e demais sanções poderão ser aplicadas cumulativamente.

17.18. O **BDMG** poderá, após regular processo administrativo, aplicar a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e contratação, caso a **CONTRATADA**:

- a) sofra condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos: suspensão por 24 meses;
- b) pratique atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação: suspensão por 24 meses;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com o **BDMG** em virtude de atos ilícitos praticados: suspensão por 24 meses;
- d) apresente documentação falsa exigida para a contratação: suspensão por 24 meses;
- e) enseje o retardamento da execução do objeto contratado: suspensão de 03 a 24 meses, a ser definido em face da gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior;
- f) falhe na execução do objeto contratado: suspensão de 03 a 24 meses, a ser definido em face da gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior;
- g) cometa fraude na execução do objeto contratado: suspensão por 24 meses;
- h) comporte-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013: suspensão por 24 meses;
- i) se torne reincidente nas penalidades de advertência e multa: suspensão de 03 a 24 meses, a ser definido em face da gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior.

17.19. A aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e contratação à **CONTRATADA** ensejará a rescisão unilateral do contrato.

CLÁUSULA 18 - RESCISÃO

18.1. O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo **BDMG**, assegurada a defesa prévia, quando ocorrer:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

- c) o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- d) a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013;
- e) a inobservância da vedação ao nepotismo;
- f) a prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação do **BDMG**, direta ou indiretamente.

18.2. O contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes na hipótese do item 5.3 e ainda por acordo entre as partes, mediante concordância escrita e fundamentada do **BDMG**.

18.3. O contrato poderá ser rescindido por determinação judicial.

18.4. A rescisão unilateral será devidamente fundamentada nos autos do processo administrativo que a precederá, no qual serão garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório.

18.5. Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação oficial à **CONTRATADA**, mediante encaminhamento ao contato eletrônico do preposto e/ou, se for o caso, para outro contato eletrônico de uso rotineiro para as comunicações com o **BDMG** ou, na impossibilidade deste encaminhamento, por meio de publicação na Imprensa Oficial de Minas Gerais.

18.6. Em caso de rescisão sem culpa da **CONTRATADA**, a ela serão devidos os valores correspondentes ao objeto efetivamente realizado, mediante comprovação da efetiva execução, observados eventuais descontos em razão de penalização ou outro ajuste decorrente do contrato.

CLÁUSULA 19 - DECLARAÇÕES

19.1. A **CONTRATADA** declara expressamente, para todos os fins e efeitos, que:

- a) inexistem fatos impeditivos à sua contratação pelo **BDMG**, prescritos na legislação específica;
- b) em nenhuma das suas dependências ou estabelecimentos ocorre trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da Lei;
- c) informará imediatamente ao **BDMG** a ocorrência de qualquer das situações previstas nos subitens acima;
- d) autoriza, para fins das obrigações e condições desta contratação, a coleta e o tratamento, pelo **BDMG**, dos dados pessoais constantes de quaisquer dos seus documentos entregues para a contratação ou durante a vigência do contrato, observada a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do **BDMG** e da legislação aplicável.

CLÁUSULA 20 - DA SEGURANÇA CIBERNÉTICA

20.1. A **CONTRATADA** deve manter sempre o cumprimento dos requisitos legais, regulamentares ou contratuais relacionados com a segurança da informação, com especial enfoque no que se refere à proteção de dados, incluindo os de natureza pessoal, em todos os locais onde a sua informação é armazenada e tratada.

20.1.1. A **CONTRATADA** deve identificar os possíveis riscos e impactos que possam existir no serviço, auxiliando na validação das medidas compensatórias adotadas para eliminar ou mitigar o risco.

20.1.2. A **CONTRATADA** armazenará apenas as informações permitidas e se absterá de armazenar qualquer informação sem o conhecimento e autorização expressa do **BDMG**.

20.1.3. A **CONTRATADA** deve tratar os dados e informações do **BDMG** com absoluta confidencialidade e cumprir sempre as instruções recebidas em relação à sua finalidade, conteúdo, uso e processamento.

20.1.4. A **CONTRATADA** deve remover e destruir de forma adequada e segura todas as instâncias de quaisquer informações ou dados sigilosos do **BDMG** para garantir que as transações e outros dados não possam ser recuperados por pessoas não autorizadas.

20.1.5. A **CONTRATADA** poderá ser sujeita a auditorias nas quais se verifique o correto cumprimento das práticas de segurança da informação e deverá fornecer as provas e informações necessárias para essa verificação.

20.1.5.1. Em caso de constatação de alguma falha ou descumprimento, a **CONTRATADA** deverá aplicar as medidas corretivas necessárias para eliminar ou mitigar o risco detectado.

20.2. A **CONTRATADA** deve monitorar as permissões de acesso às informações do **BDMG**, garantindo que somente sejam acessíveis às pessoas autorizadas para o desempenho do serviço contratado.

20.2.1. A **CONTRATADA** deve ter um procedimento de revisão periódica sobre as permissões e controles de acesso configurados nos sistemas que atendem ao **BDMG**.

20.2.2. A **CONTRATADA** assegurará, no âmbito do seu processo interno de gestão de acessos, que qualquer acesso às informações do **BDMG** é revogado quando não for mais necessário para a prestação do serviço.

20.3. A **CONTRATADA** deve notificar imediatamente o **BDMG** sobre incidentes de segurança cibernética que afetem seus dados e/ou serviços, assim que forem detectados.

20.3.1. Em caso de incidente de segurança da informação relacionado ao serviço prestado pela **CONTRATADA**, este deve prestar todo apoio necessário, o que não exclui eventual responsabilidade por perdas e danos.

CLÁUSULA 21 - FORO

21.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Belo Horizonte - MG, com renúncia de qualquer outro para dirimir as questões por elas suscitadas.

Por estarem justas e acordadas, e concordando que a assinatura deste instrumento, por meio de processo eletrônico, constituirá assinatura válida, as partes celebram o presente contrato, por seus representantes legais abaixo indicados.

ANEXO V – MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇO

Ordem de Serviço nº	<informar>
Referência	<informar>
Contratado	<informar>
CNPJ	<informar>
Endereço	<informar>
Contatos	<informar>
Tipo do projeto	<informar>
Complexidade do projeto	<informar>

Prezado(a) Senhor(a),

Em conformidade com as disposições do Edital **BDMG-23/2025** e contrato xx/xxxx, o **BDMG** formaliza, mediante esta Ordem de Serviço, a solicitação de serviços técnicos de análise e emissão de relatório técnico referentes aos seguintes projetos:

Prazo:

Início – Primeiro dia útil após a data de emissão desta Ordem de Serviço.

Final - O relatório deverá ser enviado para plataforma do **BDMG** Digital ou para o contato de e-mail xxxx@bdmg.mg.gov.br até o dia dd/mm/aaaa.

Valor da prestação de serviços:

R\$ X.XXX,XX (XXX mil, XXX e XXX reais.)

Pagamento: após a realização do serviço, pago pelo **BDMG**, conforme regras do Edital.

Aplicam-se à presente Ordem de Serviço as disposições constantes do Edital **BDMG-23/2025** e contrato-xx/20xx, bem como os dispositivos da Lei Federal nº 13.303/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos do **BDMG**, e legislação supletiva, no que couberem.

<local>, <dia> de <mês> de <ano>

Atenciosamente,

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG S/A

ANEXO 1.01 – MANUAL DE ANÁLISE DE PROJETOS DE ENGENHARIA BDMG 2024 – LOTE SANEAMENTO

Arquivos agrupados em pasta compactada a qual pode ser acessada mediante download pelo link:
<https://tinyurl.com/bdcswayv>

ANEXO 1.02 – MINUTA DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome:	<informe o nome do profissional>		
Formação:	<informe a formação>	CREA /CAU:	<informe o CREA/CAU>
CPF:	<informe nº CPF>	E-mail:	<informe o e-mail>
Telefone:	<informe nº telefone com DDD>	Celular:	<informe nº celular com DDD>
Endereço Comercial:	<Logradouro. Endereço. Número. Complemento. Bairro. Cidade. Estado. CEP>		

<indicação do local>, <indicação do dia> de <indicação do mês> de <indicação do ano>

Apresentar quantas páginas forem necessárias. (Uma por profissional indicado)